

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N^o 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

ENTRE A CIVILIZAÇÃO E A BARBÁRIE.
NAÇÃO, ESTADO, MODERNIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA
DO SÉCULO XIX.

MARIA GISELE PERES

MARIA GISELE PERES

**ENTRE A CIVILIZAÇÃO E A BARBÁRIE.
NAÇÃO, ESTADO, MODERNIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA
DO SÉCULO XIX.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Prof. Ms. Leandro José Nunes.

UBERLÂNDIA, JULHO DE 2005.

PERES, Maria Gisele, (1981-)

Titulo: Entre a civilização e a barbárie. Nação, estado, Modernização na América Latina do século XIX.

Maria Gisele Peres – Uberlândia, 2005.

71 fl.

Orientador: Prof. Ms. Leandro José Nunes.

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui bibliografia.

Maria Gisele Peres

**ENTRE A CIVILIZAÇÃO E A BARBÁRIE.
NAÇÃO, ESTADO, MODERNIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA
DO SÉCULO XIX.**

Banca Examinadora

Prof. Ms. Leandro José Nunes – Orientador

Profa. Dra. Célia Rocha Calvo

Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula

Agradecimentos

Esta tentativa de realizar um trabalho capaz de contribuir com a historiografia voltada para os estudos sobre América Latina recebeu diversas contribuições, tanto dos professores do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, quanto dos colegas de graduação.

A amizade e apoio mais constantes foram dispensados por meu orientador e professor Leandro José Nunes, que nunca descreditou da minha pesquisa, estimulando-me sempre a não desanimar.

Desejo assinalar também meu reconhecimento à Prof.^a Célia Rocha Calvo, por suas aulas que despertaram em mim um desejo novo e maior pela história – especialmente pela história da América Latina – e pelo seu apoio e indicações de leituras.

Ao secretário João Batista, funcionário competente, sempre prestativo e amigo.

Aos meus amigos de graduação, que contribuíram nas discussões, dentro e fora da sala de aula possibilitando, assim, reflexões críticas para minha própria formação acadêmica.

A meus pais, porque se a vida não lhes deu a oportunidade de uma educação formal, sem dúvida lhes proporcionou experiências que nunca poderei apreender em livro algum.

À Davi, pela paciência, apoio e presença constante em minha vida.

**América, não invoco o teu nome
vão.**

América, não invoco teu nome em vão,
quando sujeito ao coração a espada,
quando agüento na alma a goteira,
quando pelas janelas
um novo dia teu me penetra,
sou e estou na luz que me produz,
vivo na sombra que me determina,
durmo e desperto em tua essencial
aurora:
doce como as uvas, e terrível,
condutor do açúcar e do castigo,
empapado em esperma de tua espécie,
amamentado em sangue de tua herança.

Pablo Neruda. Canto Geral

Sumário

Considerações iniciais	7
Capítulo I: O projeto modernizador latino-americano entre a <i>civilização</i> e a <i>barbárie</i>	22
Capítulo II: O sentido da modernização latino-americana do século XIX	40
Considerações finais	63
Bibliografia/ Fontes	66

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a modernização latino-americana da segunda metade do século XIX, que visava introduzir na América Latina aquilo que era considerado pelas elites dominantes como civilização. Nesse sentido, busco analisar a necessidade vista por estas elites de modernizar a América Latina e como a população reagiu a esta tendência modernizadora, que não considerava a realidade vivida pelos povos latino-americanos e se espelhava em modelos externos – EUA e Europa - em busca de soluções rápidas para a saída da condição de periferia do mundo.

No período em questão, em que era pensado o tipo de nação necessária para a superação do “*atraso*” latino-americano frente à Europa e EUA, temos a constituição de um verdadeiro “Projeto Civilizador”. Este projeto indicava como solução para todos os males latino-americanos a modernização de suas nações, modernização esta pensada em várias vertentes: a modernização econômica, ou seja, a inserção no mercado internacional e a modernização política, colocando fim ao caudilhismo e que se desdobrava em uma modernização cultural, que pretendia civilizar a população através de escolas, de imigrações e também com a laicização do Estado.

Desta forma, tendo em vista esta configuração de um ideal modernizador que pautava o ideal de nação, este trabalho tem como objetivo compreender e discutir a elaboração teórica de algumas vertentes que constituíram este “Projeto Modernizador”. Para isso, utilizo dois autores significativos do século XIX: Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi que, embora com posições teóricas e políticas divergentes, se envolveram profundamente nestas disputas.

Pretendo analisar a modernização latino-americana através do pensamento da época, indagando sobre como foram pensadas estas questões. Assim, a interrogação também é encaminhada para o que significou efetivamente a modernização da América Latina, tanto para a construção da nação ideal quanto para a população que sofreu este processo.

Considerações iniciais

Este texto é o resultado de um estudo que venho realizando a algum tempo acerca da América Latina. Os estudos realizados desde o terceiro período do curso, quando cursei a disciplina História da América I, não focalizavam ainda a temática da modernização latino-americana no século XIX, que foi desenvolvida durante as aulas de Monografia I e II. Eram estudos que não estavam direcionados a um único tema, o que me fez conhecer melhor diferentes questões sobre nosso continente. Neste momento inicial existia também um grupo de alunos interessados em estudar temas relacionados à História da América Latina. Formou-se então um grupo de estudos sob orientação da Prof^a Célia Rocha Calvo e do Prof. Leandro José Nunes. A participação nas discussões com este grupo de estudos também contribuiu para que eu pudesse conhecer e refletir sobre temas que estavam fora do conteúdo das disciplinas obrigatórias, fornecendo também bases para a realização desta pesquisa. Todas estas experiências iniciais possibilitaram que no momento em que se tornou necessária a escolha de um tema delimitado, eu pudesse ter uma visão mais ampla sobre a história latino-americana. No entanto, devido às várias dificuldades encontradas para trabalhar o tema escolhido, considero este ainda um trabalho preliminar que exige, certamente, a realização de um estudo mais aprofundado. Ao longo de seu desenvolvimento apareceram novas questões e dificuldades que requerem certamente novas investigações. É apenas o início de uma investigação que aponta algumas reflexões sobre o processo de modernização na América Latina a partir do século XIX.

Apesar das limitações, este é o resultado de um trabalho que considero importante na medida em que contribuiu profundamente para minha formação enquanto historiadora. A experiência com a pesquisa foi para mim extremamente gratificante e enriquecedora, contribuindo não apenas para a aquisição de conhecimentos sobre nossa América Latina mas,

fundamentalmente, para o desenvolvimento de reflexões sobre a importância da pesquisa também para minha formação enquanto professora.

O desejo de realizar esta pesquisa abordando uma temática da história latino-americana veio com os estudos realizados nas disciplinas de História da América I, II e III. Estas disciplinas, além de chamarem minha atenção para a situação latino-americana, também forneceram subsídios teóricos para a realização desta pesquisa. De outro lado, há também e principalmente uma preocupação pessoal com a situação na qual nós povos latino-americanos estamos (sobre)vivendo, o que faz com que eu me pergunte: o que é esta América Latina? Será simplesmente um espaço geográfico “destinado” a atender as necessidades da economia capitalista do chamado mundo desenvolvido? Através de um sentimento de “americanidade”, deste sentir-se latino-americana – sentimento este, devo confessar, nascido há pouco tempo, quando “descobri” esta América Latina em mim, ou melhor, que também faço parte desta cultura e deste espaço – é que procurei compreender a complexidade de sua formação, de sua cultura tão rica e diversificada.

O que mais me instigou durante estes últimos meses de estudos foi certamente a questão dos projetos modernizadores do século XIX, presentes em quase todos os países da América Latina. Apesar do tema da modernização marcar ainda nossos dias, para a realização deste trabalho escolhi analisar e refletir sobre a modernização iniciada no século XIX, mais precisamente a partir da segunda metade deste século. Foi buscando respostas sobre a necessidade que as elites latino-americanas viram em modernizar a América Latina que escolhi esta temática para a realização de minha pesquisa. Minhas inquietações sobre este tema estão ligadas principalmente sobre o porque modernizar, quais eram os motivos apresentados pelas elites e como foi a reação da população latino-americana.

O discurso modernizador deste período foi marcado pelo mito do progresso, mito este que prevaleceu também ao longo do século XX. Modernizar significava atingir o ideal de nação espelhado do mundo considerado desenvolvido. Os

muitos problemas latino-americanos, que podem ser mapeados a partir da conquista e colonização europeia do continente, nas tentativas de se criar aqui um Novo Mundo, somados aos das lutas independentistas, eram o desafio que deveria ser vencido pelas novas nações que emergiam com o século XIX. Assim, sobressaem nestes projetos preocupações com a questão do desenvolvimento econômico, com o aparato institucional e jurídico, com a imigração, com a educação e com a questão da ordem, este verdadeiro paradigma orientador das políticas públicas adotadas. No entanto, a aplicação dos projetos de modernização acabou significando a perda de um mundo baseado em tradições ancestrais, a perda de tudo o que era permanente e sagrado.

Ao trabalhar com este tema pude também compreender mais claramente os projetos de nação em disputa neste período, uma vez que, naquele momento, modernizar significava construir nações. Neste sentido, falar sobre os projetos de modernização significa falar também em diferentes projetos de nação para a América Latina.

A questão da formação de nações, bem como dos nacionalismos, é um campo de estudo clássico. Desde o século XIX, até nossos dias, inúmeros estudiosos se dedicaram a esta questão realizando diferentes interpretações acerca do que seria a nação e como se deu sua formação¹. Em relação ao estudo da formação das nações na América Latina temos também vários autores que se preocuparam com esta questão², seguindo linhas de raciocínio diversificadas e, na

¹ HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780. Programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. ANDERSON, Benedict. **Comunidade Imaginada – Reflexões sobre a origem**. Portugal: Edições 70, 1ª ed., 2005. GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismos**. Lisboa: Gradiva, 1993; entre outros.

² SARMIENTO, Domingo F. **Facundo. Civilización y barbarie**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. ALBERDI, Juan Bautista. **Fundamentos da organização política da Argentina**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. KAPLAN, Marcos. **Formação do Estado Nacional na América Latina**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. KONIG, Hans-Joachim. *Nacionalismo y nación en la historia de Iberoamérica*. In: **Cuadernos de História Latinoamericana**, n° 8, disponível na Internet via <http://www.ahila.nl/publicaciones/cuadernos8Apdef>. Acesso em 15 de fevereiro de 2004. KOSSOK, Manfred. *Revolución, Estado y Nación*. In: **Problemas de la formación del Estado y de la Nación en Hispanoamérica**. Federal Republic of Germany: Inter Naciones, 1984, pp. 161-171. WASSERMAN, Claudia. *Percorso Intelectual e Historiográfico da Questão Nacional e Identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento*

maioria das vezes, sendo influenciados por interpretações oriundas do próprio século XIX. Neste trabalho, busco apenas situar esta discussão, o que poderá possibilitar uma melhor reflexão acerca da formação das nações latino-americanas.

O período de formação das chamadas nações modernas é localizado por Hobsbawm no século XVIII onde, segundo o autor, podemos encontrar as primeiras definições de nação no sentido moderno da palavra³. Até o início do século XIX, a nação era compreendida como um grupo homogêneo de habitantes que se identificavam histórica e culturalmente, mas que não estavam necessariamente ligados a um único território delimitado, sendo possível assim, conceber a existência de diferentes nações em um mesmo espaço territorial. Hobsbawm, no primeiro capítulo de seu livro *Nações e nacionalismos*, nos mostra os diferentes significados do conceito de nação ao longo do tempo, até o momento em que o povo e o governo foram compreendidos de forma única, surgindo, desta forma, o Estado-nação (século XIX). Estado, nação e povo passaram, assim, a ter seus significados confundidos dentro do sentido moderno de nação. Para Hobsbawm e diversos outros autores a nação é uma construção do Estado que se utiliza de uma verdadeira “engenharia social” para inventá-las, “fenômeno recente na história da humanidade e produto de conjunturas históricas particulares”⁴ que possui como base fundamental a política:

*“A ‘nação’ pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-nação’, e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação (...) A nação não forma o Estado e os nacionalismos, mas sim o oposto”.*⁵

histórico. In: **Anos 90, Revista de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, n.º 18, Porto Alegre, dezembro de 2003, pp.99-123. QUIJADA, Mônica. *¿Qué nación? Dinámicas y Dicotomías de la Nación en el Imaginário Hispanoamericano del siglo XIX*. In: **Cuadernos de Historia Latinoamericana**, n.º 2, 1994; entre outros.

³ HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780. Programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 3ª edição.

⁴ *Ibid.*, pp. 14.

⁵ *Ibid.*, pp.19.

A respeito do tema da formação do Estado-nação na América Latina existe uma vasta bibliografia que se divide em diferentes vertentes de interpretação. E é levando em consideração toda esta produção intelectual que busco realizar uma leitura do século XIX, através da literatura política da época, que seja capaz de compreender o que significava a formação da nação e, desta forma, os sentidos da modernização.

A idéia da existência de uma forma de nação ancestral é uma das interpretações presentes no século XIX, que pode ter seus reflexos ainda presentes em autores contemporâneos. Segundo esta linha de interpretação, os atuais Estados-nações que compõem a América Latina se formaram a partir de comunidades nacionais pré-existentes e que se identificavam como tais, muito antes das emancipações. É como se a base para a formação das nações latino-americanas já estivesse presente desde os primórdios da colonização. No século XIX, no calor das lutas contra a metrópole, este tipo de interpretação serve como justificativa que legitimaria, política e ideologicamente, o rompimento com o conceito quinhentista de uma nação espanhola que se espalha pelos dois continentes, que é multiétnica e multicultural mas que encontra sua unidade na figura do rei, cabeça da monarquia. Nos debates de então, a forma encontrada pelos criollos para não caracterizar seus projetos de independência como traição/sedição contra a monarquia foi lançar mão de uma retórica sobre nações ancestrais na América que teriam sido incorporadas à monarquia mediante o uso da força. Aquilo que as nações indígenas viveram na conquista, os criollos viviam agora, o que transformava a luta contra os espanhóis em uma luta de resistência contra as opressões coloniais, contra o estatuto de inferioridade atribuído às “Índias”, religando dois tempos históricos – conquista e colônia. Se era difícil justificar teoricamente uma “nação crioula” formada por descendentes de espanhóis, as antigas nações indígenas eram uma realidade que podia ser aproveitada, no discurso, para aproximar os “agravios” que ambos sofriam de uma dominação estrangeira. Desta forma, como afirma König:

“La identidad pretendida por la simbólica indiana servía más bien para distinguir a los criollos tanto de los

*conquistadores españoles, sus antepasados, como también de los españoles contemporáneos, los nuevos conquistadores, para poder caracterizar la dominación colonial española como dominación extranjera, la cual había que vencer para lograr la libertad política y la autonomía”.*⁶

Assim, aquilo que era um projeto específico de um grupo social, os criollos, podia ser apresentado como a retomada de uma luta muito mais ampla, que já durava trezentos anos. Isto era possível porque o que estava em discussão eram as relações entre colônia e metrópole, ou seja, as reivindicações dos criollos americanos por igualdade. Quando ficou claro que a igualdade não seria aceita pela metrópole, a construção da identidade local baseada na diferença pareceu ser um caminho natural. Compreende-se, então, a retomada dos estereótipos da “lenda negra” em relação aos conquistadores e, ao mesmo tempo, sua identificação de todo o aparato jurídico, político e econômico da colônia. Indígenas e criollos podiam ser apresentados como vítimas que apenas lutavam pelo direito à liberdade. No entanto, não se tratava de assumir tradições indígenas, muito menos reconstruir as antigas sociedades. A pretensa filiação, os chefes indígenas que morreram lutando contra os conquistadores, erigidos em símbolos da luta pela liberdade, apenas foram retomados para a construção de uma ideologia que, num momento muito específico das guerras de independência, eram úteis aos criollos. Úteis porque emprestavam legitimidade, mas também porque poderia ser um instrumento de mobilização das massas indígenas e das castas, ainda muito indiferentes ao proselitismo dos criollos.

Conhecemos esta história. Assim que a metrópole foi derrotada e as independências proclamadas, estes mesmos índios e castas ficaram à margem da nação idealizada pelas elites. Nos projetos de nação que foram implementados não havia espaço para estas populações que anteriormente serviram para legitimar as lutas pela independência.

⁶ KÖNIG, Hans-Joachim. *Símbolos Nacionales y Retórica Política en la Independencia – El caso de la Nueva Granada*. In: **Problemas de la formación del Estado y de la Nación en Hispanoamérica**. Federal Republic of Germany: Inter Naciones, 1984, pp.397.

Se no processo das lutas de independência a idéia de pré-existência das nacionalidades era funcional, vencida esta etapa os pensadores latino-americanos se depararam com uma tarefa que, a seus olhos, era gigantesca: construir os novos Estados e as novas Nações em uma realidade que se lhes apresentava extremamente problemática. Segundo Wasserman:

“As principais tendências do pensamento latino-americano do século XIX mantinham as idéias de existência ontológica de nacionalidades e buscavam nos modelos estrangeiros, fossem eles tradicionais (ibéricos) ou progressistas (norte-americano, inglês ou francês), a solução dos problemas enfrentados pelos novos países. Esses problemas eram vistos como deformações e desvios, atribuídos aos fatores climáticos, geográficos e raciais ou à história da dominação espanhola e portuguesa”.⁷

A tendência durante todo o século XIX foi, portanto, a de transpor as experiências externas à realidade latino-americana para que fosse possível superar as deformações e inconclusões que detectavam em cada país, sem considerar que os parâmetros que utilizavam para diagnosticar os “males” locais eram modelos estranhos à nossa realidade. Esta postura na América Latina acabou por transformar ideologicamente o significado de nossas próprias experiências, surgindo assim interpretações que percebem nossas lutas, revoluções e processos de transformações sociais como inconclusos, uma vez que são utilizados modelos pré-determinados e que poderiam até servir para ajudar a compreensão de nossa realidade, mas nunca servir como explicação para ela. Apesar desta ser uma tendência do século XIX, ainda estão presentes em trabalhos de autores contemporâneos como Marcos Kaplan e Manfred Kossok⁸. Kaplan em seu livro *“A formação do Estado Nacional na América Latina”* analisa a formação das nações latino-americanas como um processo incompleto:

⁷ WASSERMAN, Claudia. WASSERMAN, Claudia (org). **Revista Anos 90: Historiografia e pensamento latino-americanos**. UFRGS, Porto Alegre, nº 18, dezembro de 2003, pp. 107.

⁸ Ver: KAPLAN, Marcos. **A formação do Estado Nacional na América Latina**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. KOSSOK, Manfred. *Revolución, Estado y Nación*. In: **Problemas de la formación del Estado y de la Nación en Hispanoamérica**. Federal Republic of Germany: Inter Naciones, 1984.

“A idéia nacional e a vontade de construir o novo Estado sobre e dentro de grandes marcos geográficos conservam o caráter de abstração e impraticabilidade até hoje. Difundem-se e concretizam-se de modo lento e incompleto”.⁹

Por sua vez, também Kossok, ao analisar as lutas pela independência na América Latina atribui a elas um caráter inconcluso e deformado. Ao falar sobre o rompimento com a Espanha, Kossok diz:

“Fue la aristocracia criolla moderada y conservadora la que logró llenar este vacío, garantizando al mismo tiempo la ‘continuidad social’ en lugar de una ruptura radical con las formas tradicionales de poder y sus correspondientes bases sociales. Esa situación tan típica y significativa del carácter inconcluso y deformado de la revolución independentista explica los amargos juicios de Simón Bolívar en los últimos días de su vida”.¹⁰

Ao se colocar de forma contrária a esta tendência, até mesmo denunciando os prejuízos que este tipo de interpretação acarreta, Wasserman se insere no cenário historiográfico se aproximando das idéias de pensadores como Eric J. Hobsbawm, Benedict Anderson e Ernest Gellner compartilhando com eles a idéia de nações enquanto

“(...)fenômenos objetivamente modernos e situados historicamente no processo de transição ao capitalismo e que tiveram sua origem no poder dos nacionalismos, ou melhor na força de projetos nacionalizantes, projetos que demandavam autonomia para determinada região, ou que visavam unidade e centralização política, ou ainda, evocavam a valorização cultural de determinados grupos sociais e outros”.¹¹

Desta forma, apesar desta tendência vinda do século XIX ainda marcar a historiografia contemporânea, existem historiadores e cientistas sociais que trabalham com outras interpretações da formação do estado e da nação na América Latina. Entre estes, além de Wasserman, podemos também citar Hans-

⁹ KAPLAN, *op. cit.*, pp. 113.

¹⁰ KOSSOK, *op. cit.*, pp. 166.

¹¹ WASSERMAN, Claudia. *Percurso Intelectual e Historiográfico da Questão Nacional e Identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico*. In: **Anos 90, Revista de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, n.º 18, Porto Alegre, dezembro de 2003, pp. 102.

Joachim Konig e Mônica Quijada, autores que analisam a questão nacional como uma relação social específica de um determinado período histórico de cada país, possuindo uma estreita ligação com o Estado. Para estes autores, a nação enquanto uma construção do Estado necessita da invenção de um imaginário nacional que se forma em um processo de longo prazo. Nesta concepção o Estado mobiliza um conjunto de símbolos que objetivam, por um lado, integrar a população que é heterogênea e que possui profundas diferenças culturais e, por outro, criar elementos de identidade capazes de fazer com que homens e mulheres se reconheçam como partícipes de uma história comum, ocultando as diferenças de classe e as histórias das lutas de cada qual.

Assim, faz-se possível impor uma identificação desta população com o que seria um tipo de nação ideal, através de uma forma de identificação cívica compartilhada, como o culto à pátria através do hino, da bandeira e de seus heróis nacionais, formando a longo prazo um imaginário nacional: “(...) la imagen, el rito y la pedagogía política concurrieron a configurar un sistema de símbolos que autorizaba el reconocimiento colectivo.”¹² O que não impede, evidentemente, que o Estado utilize o poder da força para subjugar os que não se adaptam ou resistem aos modelos impostos.

A construção de memórias históricas, mostrando um destino comum à população, foi utilizada pelo Estado como um poderoso instrumento simbólico para a formação das nações e, ao mesmo tempo, para sua própria legitimação, levando a uma identificação entre nação e Estado. A imposição de uma história oficial que exaltava os feitos e os heróis nacionais, ensinando as virtudes nacionais que todo bom cidadão deveria ter, contribuiu também para o fortalecimento desta idéia de nação construída pelo Estado. Neste caso, a educação também ajudaria a formar consciências nacionais, uma vez que ajudava a formar um sentimento cívico: a história mostraria e enfatizaria a importância dos fatos históricos escolhidos como fundadores da nação; a geografia ensinaria os limites geográficos nacionais; a

¹² QUIJADA, Mônica. *¿Qué nación? Dinámicas y Dicotomías de la Nación en el Imaginario Hispanoamericano del siglo XIX*. In: **Cuadernos de Historia Latinoamericana**, n°2, 1994, pp.14.

unidade lingüística, por sua vez, imposta dentro das escolas, estabeleceria a língua nacional que serviria como elemento identificador, porém não único, de nacionalidade.¹³ Portanto, ao nos reconhecemos enquanto brasileiros ou argentinos, estamos nos reconhecendo enquanto pertencentes a um Estado-nação que foi forjado a partir do século XIX.

Com o rompimento político entre América e Espanha, chegou ao fim o ordenamento jurídico-político colonial que se fez presente durante três séculos de dominação espanhola. A destruição da ordem colonial imposta pela Espanha trouxe a necessidade de uma nova organização política e jurídica que fosse capaz de estabelecer uma nova ordem, orientada para os interesses daqueles que eram os grupos dominantes do momento. Finalizadas as lutas pela independência – lutas estas que não beneficiaram a população, uma vez que apenas haviam sido substituídos os exploradores, o que tornava a América um ambiente propício para revoltas constantes - tornava-se essencial a criação de um novo aparato jurídico-político institucional para impor, se necessário fosse pela força, a ordem. Neste momento o Estado passa a ser, então, o agente ordenador e estabilizador dos conflitos e da anarquia que se configurou com o vazio de poder deixado após o rompimento com a metrópole. Assim, o Estado criaria as condições ideais que servissem aos interesses das elites. Não era uma tarefa fácil concretizar projetos de nação moderna contando com uma população com diferentes tradições culturais, que não se reconhecia enquanto partícipe de um projeto comum voltado para o futuro, que possuía diferentes memórias históricas e que, na maioria dos casos, nem sequer reconhecia ou entendia os limites geográficos delimitados para cada novo país. Era preciso, portanto, criar novos símbolos, mitos e ritos e resignificar as memórias históricas capazes de produzir sentimentos de identidade nacional. Estado, nação, história comum, projeção de futuro coletivo. O Estado, como condutor do processo de modernização, como construtor de nações, como civilizador de populações que se encontravam mergulhadas na barbárie, criava e recriava sua própria legitimidade.

¹³ CANCLINE, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da Modernidade.** São Paulo: EDUSP, 1997.

Em autores deste período, como Sarmiento, podemos encontrar uma identificação entre Estado e nação que seriam também sinônimos de civilização. A existência do Estado organizado – com leis, instituições, tribunais etc - era indicador da existência da nação civilizada. Desta forma, ao mesmo tempo em que o Estado se confundia com a nação, ele também promovia o que as elites da época entendiam por civilização. As instituições, leis, tribunais, em fim, todos os elementos constituintes da ordem tornaram-se indicadores da existência da nação civilizada pois, para o pensamento da época, esta só poderia ser formada a partir destes signos de civilização. Desta forma, Estado e nação estão interligados. Ao mesmo tempo em que o Estado forja a nação através da imposição de elementos civilizadores, ele também está se fortalecendo e ganhando legitimidade. A imposição da idéia da existência de uma única nação frente a uma pluralidade de nações em um mesmo território é a luta política travada neste momento. Portanto, para que os símbolos que representariam a nacionalidade passassem a ser reconhecidos, foi necessária a mobilização de um verdadeiro aparato cênico: festas, comemorações, datas cívicas etc, que criam uma memória de pertencimento, que criam um passado comum. Como aponta Miguel Rojas Mix, era necessária a criação de um imaginário nacional unificador e, para isto, a língua, a imprensa, a iconografia, a literatura e a história oficial foram utilizadas como fatores “facilitadores” para o surgimento do imaginário nacional:

“Instaurar el espíritu nacional es particularmente complejo en países multiétnicos. Plasmar un imaginario común resulta indispensable. Para ello se enfatizan los símbolos nacionales recién creados, se instalan en el calendario festividades conmemorativas de los sucesos inaugurales de la historia nacional y expresivas de las tradiciones religiosas y culturales en que el pueblo se reconoce. Las artes contribuyen en todas sus ramas. El retrato acredita la presencia de la clase que toma el poder. Pintores y escultores legitiman las recientes repúblicas rescribiendo “con arte” su historia. El romanticismo explora el paisaje, la ciudad, las costumbres y la vida popular, montando el retablo de la cotidianidad nacional”.¹⁴

¹⁴ MIX, Miguel Rojas. *El imaginário nacional en las repúblicas hispanoamericanas del XIX*, In: **Cuadernos de Historia Latinoamericana**, n°2, 1994, pp.4.

Assim, podemos dizer que os símbolos nacionais foram criados para forjar o sentimento de nacionalidade que seria o elemento facilitador da formação da nação, sendo um instrumento utilizado pelas elites dominantes para a construção da nação desejada, desenvolvendo e consolidando na população uma identificação com a nação nascente e alcançando também o reconhecimento do Estado pela população. Antes de ser um sentimento que não estava limitado a um grupo social específico, o nacionalismo foi primeiramente uma ideologia.¹⁵ A identidade nacional imposta pelo Estado, que gestou o que deveriam ser os símbolos da nação, mais uma vez e juntamente com o processo de modernização, submeteu tudo e todos os que não se reconhecessem naquela identidade nacional imposta. A identidade nacional teve como objetivo, portanto, homogeneizar a população sob os símbolos da nação. Por isso, segundo König, o nacionalismo como forma de integração nacional e consenso deve ser considerado como gerador de conflitos sociais, já que toda a homogeneização significa a sujeição e, se a resistência persistir, também a exclusão de todos os que não se identificassem com seus símbolos.¹⁶

Construir o Estado-nação significava, portanto, resolver a anarquia que marcou o período pós-independência lançando a América no caminho da civilização advinda da Europa e dos EUA. Esta anarquia que era identificada pelas elites letradas significava, principalmente, a resistência e insubordinação a uma identidade que se pretendia hegemônica. Frente às resistências que se colocavam como entrave para a modernização latino-americana, a grande questão colocada era como modernizar se não existia ainda na América Latina a nação como ela deveria ser. Por isso a modernização deveria ser conduzida pelo Estado, pois ele formataria o tipo de nação que se queria, rompendo pela força todas as resistências. Os que estavam fora da onda modernizante deveriam se ajustar ao

¹⁵ Para uma análise mais aprofundada a respeito do *nacionalismo* sugiro a leitura do texto de *Nacionalismo y Nación en la Historia de Iberoamérica*, de Hans-Joachim König. Neste trabalho o autor analisa as diferentes formas de nacionalismos interpretados por vários autores, mostrando, assim, a necessidade de perceber suas diferentes formas de conceituação ao longo do tempo, bem como sua característica de redutor de conflitos sociais, utilizado para submeter as “minorias”.

¹⁶ KÖNIG, Hans-Joachim. *Nacionalismo y Nación en la Historia de Iberoamérica*. In: **Cuadernos de História Latinoamericana**, nº 8, disponível na Internet via <http://www.ahila.nl/publicacines/cuadernos8Apdef>. Acesso em 15 de fevereiro de 2004.

progresso a qualquer custo para que pudessem também ingressar no mundo civilizado. Isto significa que modernizar, civilizar e construir nações foi uma imposição do alto, na qual a população deveria se integrar. Por outro lado, não podemos nos esquecer que a mesma população que era objeto da ação das elites tinha a sua própria maneira de se relacionar com os projetos modernizadores que lhes eram impostos. As ações modernizadoras eram compreendidas e vividas de formas diferentes pela massa, que não ficou indiferente a ela, resistindo ou se adaptando ao movimento modernizador.

Dentre as diversas vertentes que discutiam e propunham um ideal modernizador para os Estados latino-americanos, busquei compreender e discutir nesta pesquisa a elaboração teórica deste “Projeto Modernizador” utilizando como fontes principais dois autores significativos do século XIX: Domingo Faustino Sarmiento¹⁷ e Juan Bautista Alberdi¹⁸. De Sarmiento escolhi trabalhar as obras

¹⁷ Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) nasceu em uma pequena província argentina de Cuyo, chamada San Juan, no mesmo período em que se iniciaram as lutas pela independência na América Latina, fato que fez com que durante toda sua vida Sarmiento buscasse confundir sua história com a história da formação da nação argentina. De família modesta, sem recursos materiais e escassa formação letrada, Sarmiento passou grande parte de sua vida na província de San Juan sem conhecer a cidade que ele identificava como o local onde se encontrava a *civilização* – nunca chegou a ir a Buenos Aires. Sua formação educacional se fez por meios informais, sendo restrita inicialmente à educação oferecida por religiosos. Convivendo com as lutas civis e as constantes disputas entre unitários e federalistas, Sarmiento, já por volta de 1830 aos 19 anos de idade, faz sua opção política pelo partido dos unitários o que o obrigou a se exilar no Chile devido a tomada de Cuyo por Facundo em 1831. Atuando ativamente no cenário político latino-americano, Sarmiento volta a San Juan em 1836, no entanto, por motivos políticos é preso e exilado novamente no Chile em 1840. Assim, é no Chile que desenvolve a maior parte de seu trabalho intelectual, escrevendo artigos para jornais, desta forma, é como folhetim que, *Facundo. Civilização e Barbárie*, a principal obra de Sarmiento é publicada no jornal *El Progreso* a partir de maio de 1845. Autodidata, Sarmiento escreveu inúmeros artigos em jornais e também diversas obras, como *Recuerdos de Provincia*, uma autobiografia e *Conflictos e Armonías de las Razas em America*, obra que tem como objetivo desenvolver e completar as idéias que já haviam sido colocadas anteriormente em *Facundo*.

¹⁸ Juan Bautista Alberdi (1810-1884), de família abastada, recebeu educação formal e estudou na Europa tornando-se bacharel em direito. Apesar de ter recebido formação acadêmica condensa em suas obras e educação bacharelesca, apontando a necessidade de uma formação prática para os homens latino-americanos com o objetivo de construir sua tão sonhada nação, até então marcada por lutas civis contínuas. Atuou no cenário político argentino, opondo-se firmemente a Sarmiento, seu principal adversário intelectual. Produziu obras de fundamental importância para a compreensão da América Latina do século XIX; entre outras obras, as que serão utilizadas aqui como fontes trazem suas principais idéias acerca da formação da nação na América Latina, em especial na Argentina, e da modernização que se apresentava a ele como o principal meio de introdução daquilo que se entendia naquele momento por civilização. Em *Ideas para un Curso de Filosofía Contemporánea*, Alberdi nos apresenta uma filosofia que parte das realidades latino-

“*Conflictos y Armonias de las Razas em America*” (1883), “*Facundo: Civilización y Barbarie*” (1845) e “*Viajes*” (1845-1847). De Alberdi, “*Ideas para un Curso de Filosofía Contemporánea*” (1842) e “*Fundamentos da organização política da Argentina (1852)*”. Procurei analisar, nestas obras, como Sarmiento e Alberdi pensaram a questão da modernização latino-americana – refletindo as idéias da classe social da qual faziam parte - ao se preocuparem com a modernização e a formação da nação argentina após a independência. Desta forma, realizando a leitura desta literatura política pertencente ao século XIX, acredito ser possível compreender melhor como a modernização foi pensada durante este período e quais seus significados.

Tendo até este momento apresentado a discussão teórica acerca da formação dos Estados-nações latino-americanos e introduzido a questão da modernização na América Latina me proponho, então, analisar a forma como esta modernização foi pensada e aplicada, assim como, qual foi seu significado tanto para os que a idealizaram, quanto para as populações que sofrem este processo. Para isto o primeiro capítulo será um espaço reservado para a discussão da dicotomia *civilização* e *barbárie* que marcou este período de modernizações levando a interpretação de uma América dividida entre bárbaros e civilizados. O segundo capítulo por sua vez tratará a respeito da análise do que seriam os problemas detectados na América Latina através do olhar das elites intelectuais para que possamos, então, compreender o porque se fazia necessário, segundo o estrato dominante da época, realizar a modernização latino-americana e quais as soluções propostas para a solução dos problemas que foram encontrados e, assim, será possível perceber também as formas de resistência da população frente às “soluções” encontradas pelas elites.

Uma dificuldade fundamental para a realização deste trabalho e que deve ser assinalada é a escassa existência de material, não apenas sobre a

americanas para dar solução a seus problemas, propondo que seja apenas utilizado, do arsenal ideológico que ele chama de filosofia universal, as idéias que contribuam para solucionar os problemas presentes em nosso continente. Já em *Fundamentos da organização política da Argentina*, Alberdi busca analisar os erros presentes nas constituições latino-americanas e, a partir desta análise, apontar as soluções para a formação das nações, principalmente a nação argentina.

modernização latino-americana, mas principalmente acerca de toda a historiografia sobre América Latina na Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia, assim como em toda nossa região. Este fato trouxe a necessidade de utilização do acervo pessoal do Prof. Leandro José Nunes que contribuiu significativamente para que este trabalho pudesse ser realizado. Também houve a necessidade de buscar no Memorial da América Latina em São Paulo material sobre o tema, o que não posso negar, foi de grande valia e mesmo de enriquecimento pessoal. Assim, acredito que esta dificuldade e a falta de professores no Instituto de História que tenham interesse pela história latino-americana - uma vez que existe um espaço restrito para a pesquisa quando o trabalho foge dos temas eleitos antecipadamente por alguns professores - acabe desestimulando alunos que possam ter alguma vontade de realizar pesquisas sobre a América Latina. Por isso espero que este trabalho possa contribuir como sinal de que, apesar de serem poucos os que se aventuram pela história latino-americana em nosso Curso, existem sim os que possuem interesse por este estudo e que, por isso, devem ser estimulados a continuar.

Apresentado o desabafo, apontada a discussão historiográfica sobre a formação do estado-nacional latino-americano, as dificuldades e limitações desta pesquisa vamos agora ao trabalho desenvolvido sobre o sentido da modernização latino-americana no século XIX.

Capítulo I

O projeto modernizador latino-americano: entre a *civilização* e a *barbárie*.

O período posterior às independências latino-americanas configurou-se como um momento em que as elites dominantes voltaram seus olhares para a América Latina e detectaram a existência de um abismo entre seus interesses e a realidade de cada região. Os letrados e os políticos mergulharam numa discussão sobre as realidades que enxergavam em seus países, propondo soluções para os problemas que, acreditavam, impediam o progresso e a estabilidade política. Neste momento em que era pensado o tipo de nação necessária – a nação moderna - para a superação da condição de *periferia* do mundo, estas idéias e teorias constituíram o arcabouço de um verdadeiro “Projeto Civilizador”. A realização de um projeto de nação, previamente definido pelos letrados, possibilitaria a institucionalização da ordem política que levaria ao progresso. Este projeto, que pensava a modernização como a solução para todos os males latino-americanos, dividia a América ideologicamente entre dois pólos opostos: a *civilização* almejada e a *barbárie* que, para as elites intelectuais, marcava todo nosso continente. À população caberia aceitar e colaborar com as transformações necessárias para a formação da nação, ou submeter-se, se necessário fosse pelo uso da força.

A modernização idealizada, e que tinha como meta civilizar e assim fazer progredir os países latino-americanos, estava em consonância com os princípios positivistas que marcaram todo o século XIX. As elites intelectuais buscavam os meios que tornasse possível a transformação da realidade latino-americana que, para elas, apenas significava atraso, selvageria e barbárie, uma vez que não encontravam nela os elementos presentes em sociedades como a estadunidense e as européias. Portanto, valendo-se das idéias positivistas, que se tornaram as bases que fundamentavam o “Projeto Civilizador”, foi possível impor uma ideologia

na qual o progresso proporcionaria o acesso da América Latina a uma fase superior da evolução da sociedade. Segundo Zea:

“El positivismo en sus diversas expresiones llegaría a los latinoamericanos empeñados en reconstruir una historia que pudiese llamar propia. Una historia que encontraría en el positivismo la justificación del empeño para el cambio, que se pretendía total, de estructuras que les habían sido impuestas. El cambio de una realidad que los libertadores encontraban ya irredenta. Una realidad que la filosofía de la historia positivista mostraría como una etapa que necesariamente tendría que ser rebasada”.¹⁹

Assim, o positivismo passou a oferecer o arsenal de idéias que se tornou a base daquilo que entendiam como processo civilizador latino-americano, apontando como deveria se dar o estabelecimento de uma nova ordem adequada ao progresso almejado. Os pensadores do século XIX puderam então elaborar suas idéias com estas premissas, incorporando o cientificismo e o biologicismo, o que levava à exclusão da maior parte da população do movimento de modernização. Valendo-se destas idéias, as elites intelectuais que voltaram seus olhares para a sociedade latino-americana passaram, então, a compreendê-la como um corpo social, fazendo analogia ao corpo biológico, onde cada parte deveria realizar sua função para que todo o corpo funcionasse perfeitamente. No entanto, a maior parte da população não vivia de acordo com as regras das sociedades modernas e tidas como civilizadas, o que impedia o bom funcionamento de toda sociedade, transformando-a em uma sociedade que padecia de males patológicos.

Em busca de respostas acerca da patologia social latino-americana, muitos letrados passaram a analisá-la, encontrando na própria natureza algumas das respostas que procuravam. Desta forma, o próprio ambiente foi visto como possuidor de um papel determinante na formação social da população. Por isso, ao escrever *Facundo. Civilização e Barbárie*, Sarmiento realiza uma análise dos gaúchos do interior, identificados como “tipos argentinos” característicos da

¹⁹ ZEA, Leopoldo (comp.). **Pensamento Positivista Latinoamericano**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, vol. LXXI, 1980, pp. XXVI.

população rural: o cantor, o vaqueano, o rastreador e o gaúcho mau, bem como da geografia argentina. Terra, clima e raça constituíram-se como as palavras-chave para os pensadores deste período diagnosticarem os problemas da América Latina. Ao falar sobre Facundo Quiroga²⁰, Sarmiento busca sintetizar neste caudilho o gaúcho; para isso, analisa o ambiente em que vivia, relacionando a natureza selvagem dos pampas às características definidoras do modo de ser do próprio caudilho, o que significa também que estas serão as do gaúcho:

“(...) em Facundo Quiroga não vejo um caudilho simplesmente, mas uma manifestação da vida argentina (...) em relação com a fisionomia da natureza grandiosamente selvagem que prevalece na imensa extensão da República Argentina, é expressão fiel de uma maneira de ser de um povo, de suas preocupações e instintos”.²¹

Preocupados com o nível de evolução histórica em que a América Latina se encontrava, e buscando elementos que permitissem o avanço em direção a estágios superiores, certos segmentos da intelectualidade do século XIX se debruçaram sobre as sociedades latino-americanas para diagnosticarem seus males e, assim, propor soluções. Compreenderam que nosso continente estava marginalizado em relação ao progresso europeu e estadunidense por estar em um estágio inferior na evolução da história da humanidade, o que levava à necessidade de ultrapassar este estágio. Assim, nestes diagnósticos, ganha corpo a velha dicotomia entre civilização e barbárie, que ocupa um espaço cada vez mais importante na reflexão de muitos intelectuais, que passaram a identificar o homem do campo, o mestiço, o índio e o negro como a barbárie com a qual se deveria romper para modernizar seus países. No entanto, como disse Fuentes:

²⁰ Juan Facundo Quiroga (1788-1835), nasceu na Província de La Rioja e foi filho de proprietários rurais. Lutou em 1816 contra os espanhóis; em 1820 atingiu o cargo de chefe militar das províncias dos Llanos e, em 1822, passa a dominar a política de La Rioja. Federalista, lutou contra os unitários. Participa da campanha ao deserto realizada por Rosas. Após esta campanha intervém, a pedido de Rosas, em um conflito entre Salta e Tucumán; depois desta intervenção é assassinado em Barranca Yaco em 10 de fevereiro de 1835, sendo que seu assassinato acaba sendo atribuído a Rosas. Confrontar: PRADO, Maria Lígia Coelho. *Prefácio*. In: **Facundo. Civilização e Barbárie**. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 19-40.

²¹ SARMIENTO, D. F. **Facundo. Civilização e Barbárie**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, pp. 56-57.

“A verdadeira “barbárie” dessa ideologia “civilizada” consistiu em que excluía da noção de civilização todos os modelos alternativos de existência, índios, negros, comunitários, assim como toda relação de propriedade que não fosse consagrada pela economia liberal”²²

Esta dicotomia, que fez parte do arsenal ideológico de políticos e letrados do século XIX e que, em muitos casos, alcançou o século XX, foi delineada por Sarmiento em sua obra *Facundo. Civilização e Barbárie* como a base para a compreensão e diagnóstico dos problemas da República da Argentina. No entanto, a civilização e a barbárie delineadas por Sarmiento ultrapassam os limites da Argentina, sendo colocadas pelo autor no centro da vida americana. Dicotomia conflitiva, somente poderia ser possível superá-la através de um processo civilizador que fosse capaz de ordenar a realidade deste período que, para Sarmiento e para a elite, estava marcada pela desordem, pelo atraso, pela falta de leis e de organização social, todos elementos que, pela ausência, adquirem o sentido de sinônimos de barbárie. Ou seja, ou a barbárie era destruída e a ordem e o progresso da civilização eram implantados, ou a América Latina continuaria alheia à civilização.

“La Barbarie se define a partir de la Civilización y la Civilización a partir de la Barbarie: cada una de ellas es aquello que no es la otra. No existe la síntesis que pueda superar ese antagonismo. O triunfa la Civilización o triunfa la Barbarie: ambos conceptos son excluyentes”²³

As idéias acerca da dicotomia entre civilização e barbárie vêm desde a Grécia Antiga, no entanto seu significado adquiriu, ao longo dos séculos, sentidos diferentes daquele que podemos chamar de original. O conceito de barbárie forjado na Grécia designava como bárbaro todo o estrangeiro, aquele que não falava a língua helênica. Em Aristóteles, o conceito de barbárie designava os não-gregos, aqueles não participavam da vida na polis e que por isso ficavam

²² FUENTES, Carlos. **O espelho enterrado. Reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, pp. 285.

²³ NEYRET, Juan Pablo. *Sombras terribles. La dicotomia civilización–barbarie como institución imaginada y discursiva del Otro en Latinoamérica y la Argentina*. Argentina: Universidad Nacional de Mar del Plata. Disponible em www.ucm.es/info/especulo/numero24/sombras.html, pp. 17, acesso em março de 2004.

impossibilitados de desenvolverem a racionalidade e participarem da vida política. Já com o cristianismo o conceito de barbárie adquiriu um sentido religioso e modificou-se, passando a designar aqueles que não participavam da religião cristã, sendo então chamados de gentios. No entanto, o conceito de barbárie, ao passar por várias transformações, acabou transformando-se em um conceito pejorativo relacionando a barbárie ou o bárbaro ao sentido de inferioridade dentro da própria espécie humana. Este conceito pejorativo e etnocêntrico mostrou todo seu peso quando da Conquista da América, onde adquiriu seu sentido mais negativo e se manteve durante os três séculos de dominação colonial²⁴. A dicotomia entre civilização e barbárie, carregada de significados degradantes, deixou marcas significativas em toda a vida colonial latino-americana, influenciando a elite intelectual do século XIX que buscava apontar quais eram os problemas que impediam a evolução latino-americana.

Em relação a Sarmiento, no entanto, as idéias acerca da divisão da América Latina entre civilizados e bárbaros encontra apoio em James Fenimore Cooper, escritor americano que influenciou profundamente Sarmiento. Em sua obra *Último Mohicano*, Cooper trabalha com a idéia da existência de uma luta entre as forças da civilização e da barbárie, luta esta fundamental em *Facundo*. Em *Nations of the American*, Cooper realiza um trabalho de descrição dos costumes, da cultura, da paisagem, da organização e das instituições dos EUA, forma de escrever que também aparece em *Facundo*, quando Sarmiento descreve os tipos humanos, as paisagens, as cidades argentinas, etc. No entanto, o que se torna neste momento mais importante assinalar é a influência de Cooper sobre a forma de compreender o que significa a civilização, o que é ser civilizado. Ao descrever sua nação, Cooper apresenta o ideal de civilização: a propensão para o progresso, a imprensa livre, os gostos culturais, a liberdade, a alta inteligência, a não existência de miséria, entre outras mais²⁵. Tudo isso influenciou o

²⁴ Cf: HERRERO, Beatriz Fernandez. *El "otro" descubrimiento. (La imagen Del español en el indio americano)*. In: **Cuadernos hispanoamericanos**. Sevilla, n° 520, octubre, 1993, pp7-35.

²⁵ KATRA, Willam H. *Sarmiento en los Estados Unidos*. In: SARMIENTO, D. Faustino. **Viajes. Edición Crítica**. 2ª ed., Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA/EDUSP, 1996.

pensamento de Sarmiento, que identifica a civilização com estes atributos presentes nas obras de Cooper, seus signos, onde ela se localiza e, no pólo oposto, o que significa, então, a barbárie.

Assim, tendo como substrato estas idéias, a formação das nações latino-americanas teve como base um projeto modernizador excludente – ou isto ou aquilo, não havia meio termo e, claro, o que era aceito como civilização deveria ser estendido sobre toda a sociedade. Para que a América Latina fosse civilizada era necessário destruir todas as tradições e modos de viver considerados arcaicos, pois tudo o que não era europeu era bárbaro e estava alheio ao progresso. Nesta concepção, a civilização apresenta-se como tudo o que pode ser considerado racional, ligando-se às idéias de ordem e valor. Por sua vez a barbárie era tudo aquilo que não se identificava com a Europa ou com os EUA; era o que se apresentava alheio aos costumes e modos de viver valorizados no mundo tido como civilizado. Em outras palavras, a barbárie era americana e a civilização, européia. A grande massa vista como bárbara deveria, então, civilizar-se, adequando-se aos novos modos de viver que seriam impostos pela modernização.

Nesse sentido, pensadores como Sarmiento muitas vezes viam estes estratos da população, formados por negros, índios, mestiços, como raças inferiores, o que significa dizer que o homem americano, por esta condição, também era alheio ao progresso. Desta forma, estas raças deveriam ser civilizadas ou até mesmo substituídas para que o progresso pudesse ser introduzido na América Latina. Afinal, em que contribuiria populações que viviam com suas tradições ancestrais, extremamente distantes do mundo tido como civilizado? Os modos de viver da população eram vistos por estes pensadores e pela elite da qual faziam parte como signos de atraso – um atraso que para ser compreendido desta forma teve como espelho o Outro, aquele que era exterior à realidade vivida cotidiana e até mesmo milenarmente pelos povos americanos -, uma vez que apenas um selvagem não poderia querer usufruir de todos os benefícios advindos com o progresso.

A compreensão do conceito de barbárie de forma pejorativa leva Sarmiento a identificar a civilização com a cidade, presente em seus colégios, nas leis, nas instituições civis e na vida ordenada segundo os hábitos europeus – Buenos Aires é o exemplo. No entanto, não são todas as cidades, nem todos os hábitos europeus, que podem ser assim caracterizados. No próprio *Facundo* e em *Viajes*, o autor deixa claro que a cidade americana – aqui, Córdoba é o exemplo –, profundamente espanhola ou hispano-indígena, também é bárbara pois, assim como a Espanha dos claustros e da Inquisição, renunciou à evolução natural da humanidade, ao progresso das luzes, ficando presa em um passado que, na América, deveria ser superado. Aqui, podemos ler a condenação à colonização espanhola, à colônia que ainda vivia na república.

Ao dar este sentido à civilização, Sarmiento acaba localizando a barbárie no campo e na cidade colonial. No campo, por seu vazio de instituições, já que nele não existem leis, nem signo algum de civilização – uma vez que o que se entende por civilização vem de fora, do que não faz parte do cotidiano de índios, negros e gaúchos. Na cidade colonial porque esta “parou no tempo”, não respira os novos ares que o comércio, a indústria, as relações internacionais proporcionam. Vive um tempo já condenado a desaparecer. Estabelecendo esta dicotomia, Sarmiento busca mostrar a necessidade de civilizar sua pátria e as demais regiões que compreendem o continente sul americano, que se encontra barbarizado pelos povos inferiores que o habitam:

*“O homem da cidade veste o traje europeu, vive a vida civilizada tal como a conhecemos em toda a parte; ali estão as leis, as idéias de progresso, os meios de instrução, alguma organização municipal, o governo regular, etc. Saindo do recinto da cidade tudo muda de aspecto: o homem do campo usa outro traje, que chamarei americano. Por ser comum a todos os povos, seus hábitos de vida são diferentes; suas necessidades, peculiares e limitadas, parecem duas sociedades distintas, dois povos estranhos um ao outro”.*²⁶

²⁶ SARMIENTO, D. Faustino. **Facundo. Civilização e Barbárie**. Petrópolis: Vozes, 1997, pp.74.

Neste ponto Alberdi e Sarmiento concordam: a barbárie está em tudo o que não é europeu, como os índios e os negros. No entanto, ao contrário de Sarmiento, Alberdi não imputa a barbárie aos homens do campo, ao gaúcho, uma vez que, para este pensador, eles são os elementos que contribuem com o seu trabalho para o desenvolvimento da Argentina. Assim, segundo Alberdi, a única divisão possível está entre os homens do litoral e os homens de terra adentro:

“Na América, tudo o que não é europeu é bárbaro; não há outra divisão que esta: o indígena, ou seja, o selvagem; o europeu, ou seja, nós que nascemos na América e falamos espanhol, cremos em Jesus Cristo e não em Pillán, deus dos indígenas. Não há outra divisão do homem americano. A divisão em homem da cidade e homem do campo é falsa; não existe (...)

A única subdivisão que admite o homem americano espanhol é um homem do litoral e um homem de terra adentro ou do mediterrâneo. Essa divisa é real e profunda. O primeiro é fruto da ação civilizadora da Europa deste século que se exerce pelo comércio e pela imigração nos povoados da costa. O outro é obra da Europa do século XVI, da Europa do tempo da conquista, que se conserva intacto como um recipiente, nos povoados do interior de nosso continente...”²⁷

Esta divisão alberdiana rompia com a dicotomia *civilização e barbárie* postulada por Sarmiento²⁸, uma vez que, para Alberdi não existia dicotomia entre o campo e a cidade, mas sim entre o homem do litoral que entrou em contato com a civilização e o homem do interior que, devido à proibição da entrada de imigrantes nas terras do interior, ficou marginalizado da civilização existente no litoral.

²⁷ ALBERDI, J. Bautista. **Fundamentos da organização política da Argentina**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, pp. 70-71.

²⁸ Exilado no Chile devido a questões políticas, Sarmiento escreveu *Facundo* em 1845, buscando atender suas necessidades imediatas: a contestação do governo de Rosas, caudilho que representava a barbárie instituída. Esta obra pode ser considerada a biografia do caudilho Facundo Quiroga, típico representante desta barbárie. Em *Facundo*, Sarmiento imputa o assassinato de Quiroga a Rosas, denunciando o terror do período rosista e o que era a Argentina daquele momento. Ao descrever a vida de Quiroga, Sarmiento está colocando a questão das lutas civis argentinas, a instabilidade política e econômica que marcava o domínio dos caudilhos sobre a América Latina pois, para Sarmiento e muitos de sua época, mesmo a cidade, local por excelência da civilização, encontrava-se barbarizada pelos elementos advindos do campo durante o período das lutas por independência, período que abriu espaço para que os caudilhos alcançassem o poder e iniciassem seu domínio.

Essa maneira de analisar a formação da população da Argentina, dividida entre os homens do interior e os do litoral, está também presente em *Os sertões* de Euclides da Cunha. Assim como os demais pensadores positivistas de seu tempo, Euclides da Cunha realiza a análise e o diagnóstico dos sertanejos descrevendo, como Sarmiento, os tipos humanos e a terra. No entanto, como Alberdi, o escritor de *Os sertões* percebia a guerra de Canudos como a guerra entre os homens do sertão e os da costa, onde a introdução da civilização colocaria um ponto final no atraso do sertão.

Com a exceção da visão que Alberdi tinha sobre o que significava a imposição de experiências exteriores na América Latina, as elites dominantes e muitos pensadores do período, em busca da conversão da barbárie em civilização, não levaram em conta as diferenças existentes entre as idéias ilustradas e a realidade latino-americana. No caso de Alberdi, sua grande crítica aos modelos externos que invadiam cada vez mais a América Latina e que foram utilizados, principalmente, no momento do estabelecimento das novas constituições após o fim das lutas por independência, liga-se ao problema de que estes modelos importados não respondiam às reais necessidades latino-americanas, impedindo mais ainda o progresso das novas repúblicas. Assim, em Alberdi a imposição de modelos externos não significava apenas a perda de um mundo baseado em tradições ancestrais, uma vez que, como os demais de sua época, isto nem era colocado em questão. Significava, sobretudo, a impossibilidade de introduzir o desenvolvimento e civilizar a América Latina, tendo em vista que certas idéias e práticas adequadas para os problemas existentes fora do continente sul-americano, quando eram transpostas para os novos países, sem sofrerem nenhuma alteração, apenas serviam como entrave que impediam a solução de nossos problemas. Um exemplo disso está na questão da imigração que, para Alberdi, seria um dos meios mais rápidos de fazer progredir as novas repúblicas latino-americanas. No entanto, como as constituições aqui existentes eram simples cópias, acabavam limitando essa imigração, assim como nos EUA que,

naquele momento, não necessitavam mais da introdução de grandes quantidades de imigrantes²⁹.

As idéias que Alberdi e Sarmiento possuem acerca do governo de Rosas³⁰ é, segundo Donghi, a diferença capital entre os dois pensadores. No futuro da Argentina pós-rosista é que ambos vislumbram a paz. No entanto, é justamente na visão que possuem do fim do governo de Rosas e da herança deixada por ele que podemos compreender as concepções divergentes destes dois pensadores; concepções divergentes que refletem principalmente as diferentes idéias presentes neste período³¹.

Para Alberdi, o que importava era a estabilidade política alcançada no período rosista. Segundo este pensador, Rosas havia forjado as bases para a institucionalização da ordem política. Os anos de instabilidade e de lutas civis, aparentemente estéreis, significavam para Alberdi o estabelecimento pela força de um tipo de ordenamento que deveria ser mantido após o final do período rosista. A ordem alcançada através da coerção criou um comportamento propício à aceitação do poder do Estado, sem maiores questionamentos, por mais despótico e autoritário que fosse. Esta herança que Rosas deixou para as elites deveria ser mantida e consolidada para que a nação argentina se tornasse efetivamente possível. Assim, valendo-se deste tipo de ordem, a elite deveria, através da imposição, assegurar a hegemonia sobre os estratos tidos como inferiores da população, uma vez que o autoritarismo herdado seria a forma pela qual a resistência dos desfavorecidos pelo processo de modernização seria barrada:

“Dentro do país, o despotismo ensinou a obedecer a seus inimigos e a seus amigos; fora dele, seus inimigos

²⁹ Cf. ALBERDI, J. Bautista. **Fundamentos da organização política da Argentina**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

³⁰ Juan Manuel Rosas (1793-1877): nasceu em Buenos Aires e era de família de latifundiários que gozava de prestígio social. Caudilho educado dentro de hábitos severos, possuía forte autoridade. Iniciou suas atividades políticas apoiando um partido divergente. Em 1829 foi eleito governador da província de Buenos Aires governando-a com despotismo até 1853 quando foi derrotado. Cf. PRADO, Maria Lígia Coelho. *Prefacio*. In: **Facundo. Civilização e Barbárie**. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 19-40.

³¹ DONGHI, Túlio Halperin. *Una nación para el desierto argentino*. In: **Proyecto de y construcción de una nación argentina 1846-1880**. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, n° 68.

*ausentes, não tendo direito para governar, passaram suas vidas a obedecer. Essa disposição, obra involuntária do despotismo, será tão fecunda mais adiante, quando colocada a serviço de um governo elevado e patriota em suas tendências, quanto foi estéril sob o governo que a criou no interesse de seu egoísmo.*³²

Por isso, para Alberdi, acostumados com o despotismo do período rosista, seria mais fácil a subordinação da população quando ocorresse a queda de Rosas. Além disso, Alberdi compreende que as Repúblicas instituídas na América Latina são falsas, pois seus ordenamentos jurídicos-políticos têm por base a cópia de modelos importados que não guardavam correspondência com a realidade aqui existente, não se constituindo em uma verdade prática. Além disso, segundo este pensador: “A república deixa de ser uma verdade de fato na América do Sul porque o povo não está preparado para reger-se por esse sistema, superior à capacidade”³³. Desta forma, a solução seria o estabelecimento de uma república possível, ou seja, de um republicanismo autoritário que adiaría a soberania popular e imporia a disciplina política e social, civilizando os povos para que pudessem, então, alcançar uma nova etapa na qual a república possível pudesse dar lugar à república verdadeira:

*“O problema do governo na América antes espanhola não tem mais de uma solução sensata, que é a que consiste em elevar nossos povos à altura da forma de governo que a necessidade nos impôs; em dar-lhes a aptidão que lhes falta para ser republicanos; em fazê-los dignos da república que proclamamos, que não podemos praticar hoje nem tampouco abandonar; em melhorar o governo pela melhoria dos governados; em melhorar a sociedade para obter a melhoria do poder, que é sua expressão e resultado direto”.*³⁴

Ao localizar o problema na sociedade, no povo que a constitui, Alberdi aponta a necessidade do melhoramento da sociedade através do melhoramento da população, para que esta se tornasse digna do sistema verdadeiramente republicano. Só assim seria possível acontecer a transição desse período provisório para o que Alberdi chama de república verdadeira, já que a república

³² ALBERDI, *op. cit.*, pp.168.

³³ ALBERDI, *op. cit.*, pp. 61.

³⁴ *Ibid.*, pp. 62.

possível seria uma etapa para a transição à democracia³⁵. A república verdadeira se daria no momento em que a estrutura política, social e econômica pudesse ser comparável às nações que criaram este tipo de ordenamento. Desta forma, a ordem social que Alberdi propõem tem caráter provisório, sendo marcada pela desigualdade e pela imposição da ordem à população para que a nação pudesse ser construída.

De outro lado temos também a visão de Sarmiento de um período pós-rosista marcado também pela ordem, uma vez que a autoridade de Rosas havia submetido outros caudilhos, criando um princípio momentâneo de ordem. Não uma ordem vinda do período do despotismo rosista, mas sim, uma ordem que, embora imposta por Rosas, teve sua origem no surgimento de uma rede de interesses. Esta rede de interesses, segundo Sarmiento, surgiu com o crescimento econômico, gerando uma certa prosperidade, só possível porque Rosas impôs a ordem. Assim, é de interesse comum a manutenção da estabilidade interna e externa para que essa prosperidade continue, sendo o próprio Rosas o obstáculo para a estabelecimento definitivo da prosperidade almejada porque o seu governo não era um governo republicano, mas caudilhesco, particularista. Desta forma, a queda de Rosas é necessária para a consolidação de tudo o que foi alcançado nesta etapa rosista.

No capítulo XV de *Facundo*, intitulado *Presente e Futuro*, Sarmiento aponta os caminhos que o novo governo, o que substituirá Rosas, deverá trilhar para manter a paz e instalar o progresso na Argentina, apontando de um lado os problemas do período rosista e também o que seriam as soluções para estes problemas. Neste capítulo o autor deixa, então, transparecer seu otimismo frente a um futuro de ordem e progresso para a república argentina:

“Os povoados pastores, ocupados em propagar os carneiros merinos, que produzem milhões e entretêm a todas as horas do dia milhares de homens; as províncias de San Juan e Mendonza, dedicadas à criação do bicho da seda,

³⁵ Cf. TERÁN, Oscar. *Alberdi Póstumo*. In: **Colección la ideología argentina**. Buenos Aires: Printosur S.R.L., 1988.

*que com o apoio e proteção do governo em quatro anos precisariam de braços para os trabalhos agrícolas e industriais que requer; as províncias do norte, entregues ao cultivo da cana-de-açúcar, do anil, que nasce espontaneamente; os rios, com a navegação livre, dariam movimento e vida à indústria interior. Em meio a este movimento, quem fará guerra? Para conseguir o quê?*³⁶

Todas estas discussões, presentes nas pautas políticas do século XIX na Argentina, vêm do fato de que, após sua independência em 1816, a Argentina constituiu-se em uma frágil federação de províncias, cada qual dominada por um caudilho governador. É na década de 1830 que o caudilho Juan Manuel de Rosas alcança o poder em Buenos Aires e, através de acordos com os governadores das demais províncias, passa então a governar toda a confederação com a sustentação política que lhe era concedida pelos estancieros³⁷. A Argentina deste período estava marcada por intermitentes lutas civis entre federalistas e unitários e esta oposição está clara em *Facundo*, como a oposição entre campo e cidade, ou seja, entre a barbárie do federalismo estabelecida no campo, representada pelos caudilhos, que estava invadindo a cidade, e o unitarismo, símbolo de civilização e que era representado pela cidade.

O caudilhismo havia se transformado na forma de governo predominante deste período em que o Estado ainda não estava organizado como aparato jurídico-político com poder incontestado sobre todo o território, o que impedia a imposição da ordem postulada pelas elites e intelectuais do período. Este momento de instabilidade política é chamado por Donghi de “a longa espera”³⁸, por não existir ainda este ordenamento jurídico-político institucional de que fala Alberdi, que fosse capaz de organizar e ordenar as províncias conforme os interesses das elites, ficando o poder nas mãos de caudilhos regionais, pois onde não há autoridade abre-se espaço para a desordem. Esta forma de governo personalista rompia com qualquer forma de ordenamento institucionalizado. O

³⁶ SARMIENTO, *op. cit.*, pp. 326.

³⁷ Cf. PRADO, Maria Lígia Coelho. *Prefácio*. In: **Facundo. Civilização e Barbárie**. Petrópolis: Vozes, 1997, pp. 19-40.

³⁸ Cf. DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, capítulo II.

caudilho passava a representar o próprio poder, impondo um tipo de ordem desligada das instituições, uma vez que estas não tinham poder. Desta forma, se as instituições que simbolizavam a civilização estavam enfraquecidas, as sociedades latino-americanas não poderiam ser conduzidas ao progresso, o que significava para as elites intelectuais a barbarização de toda a sociedade. Era como se a barbárie dos campos, como descreveu Sarmiento, tivesse dominado as cidades. Frente a esta fragmentação política a preocupação, para Sarmiento e para as elites intelectuais, era como seria possível civilizar a Argentina, bem como as demais repúblicas latino-americanas, se a América Latina passava por um momento de desagregação e não de unificação?

“As repúblicas sul-americanas passaram todas mais ou menos pela propensão de se decomporem em pequenas frações, solicitada por uma anárquica e irrefletida aspiração a uma independência ruinosa, obscura, sem representação na escala das nações”.³⁹

Novamente aqui vemos a influência dos EUA e da Europa, já que, para Sarmiento o exemplo vindo dos EUA de anexação de seus vizinhos, e da Itália que lutava por sua unificação, deveria ser seguido. A tendência mundial era a unificação dos povos para a formação de nações. Isto significava para as elites dominantes da Argentina que a unificação política de suas províncias através de governos unitários favoreceria o progresso.

Desta forma, o que podemos perceber nos autores do século XIX é que existiam diferentes projetos de Estado e nação na América. As profundas divergências entre federalistas e unitários na Argentina apresentam-nos uma das formas de tensões entre projetos divergentes e que estavam em disputa neste período. Assim, o federalismo enquanto sistema político que, segundo as elites, representava a barbárie, foi identificado por estas mesmas elites como anarquia política que também impedia a América Latina de se modernizar. Neste sentido, fazia-se necessário uma modernização política, o que significava a queda dos

³⁹ POMER, Leon.(org.). **Sarmiento: política**. São Paulo: Ática, 1983, pp. 64-65.

caudilhos e, por conseguinte, de toda a barbárie que era por eles representada através de seus governos. Segundo Chiaramonte e Buchbinder os caudilhos

“(...) fueron frecuentemente juzgados como obstáculos al propósito de organización nacional, obstáculo atribuido al localismo que habrían representado. De tal manera, lo ocurrido a partir de 1810 sería visto como una pugna de un grupo, de un partido, de algunos próceres, que encarnarían el espíritu nacional, frente a otros personajes que expresarían el egoísmo del espíritu de localidad”⁴⁰.

A questão de uma organização política onde o local ou nacional concentrasse o poder está no cerne da disputa entre federalistas e unitários argentinos. No entanto, com a queda de Rosas em 1853 o federalismo, apesar de ter sido identificado com a *barbárie*, torna-se o modelo de organização política adotado. Esta adesão ao federalismo coloca, então, a necessidade de conciliar o federalismo adotado com a tendência de repudiar a ação e a figura dos caudilhos, juntamente com a população considerada semi-bárbara pelas elites dominantes. Esta conciliação necessitou de um longo período, durante o qual as ações e práticas caudilhescas foram reavaliadas. Para isto, segundo Chiaramonte e Bunchbinder:

“Los nuevos constitucionalistas ligados a la Universidad de La Plata, resolverían esta tensión reivindicando la acción de los caudillos o, simplemente negando que hubiese habido en ellos tendencias segregacionistas o antinacionalistas”⁴¹.

Com o fim da ditadura dos caudilhos foi implantada a ditadura do progresso, onde, para eliminar o que era identificado como *barbárie*, foi utilizado um programa modernizador verdadeiramente bárbaro⁴². Assim, em nome do progresso, da civilização e principalmente dos interesses econômicos – que eram a principal razão para a modernização latino-americana – foi disseminado todo um projeto modernizador que fosse capaz de romper com tudo o que, para as elites,

⁴⁰ CHIARAMONTE, José Carlos. BUNCHBINDER, Pablo. *Provincias, caudillos, nación y la historiografía constitucionalista argentina, 1853-1930*. In: **Anuário del IEHS**, VII, Tandil, 1992, pp.93.

⁴¹ *Ibid.*, pp. 116.

⁴² Cf. LYNCH, John. **Caudillos en Hispanoamérica 1800-1850**. Madrid: Mateu Cromo Artes Gráficas S.A., 1993 (Capítulos I, V e X).

era sinônimo de barbárie e atraso e que impedia a realização de seus interesses. Comungando da teoria positivista, as elites intelectuais do século XIX entenderam ser necessário a análise e apreensão dos elementos que tornavam doente a América Latina e que impediam sua evolução, como foi feito por Sarmiento em *Facundo*. Para isso, realizaram análises sistemáticas nomeando, catalogando e classificando a realidade na qual buscavam intervir. Desta forma, acreditava-se que conhecendo seria possível realizar um diagnóstico das diferentes situações vividas neste período e assim, agir sobre ela inserindo todos os elementos necessários para instituição da nação. Segundo Alto:

“(...) los intelectuales del XIX se sienten impelidos a la construcción de los aparatos de las naciones que acaban de hacerse independientes. Dibujar las fronteras territoriales, rescribir la historia, fijar padrones culturales y ordenar medidas de carácter administrativas, todo bajo una mirada técnico-científica, serán varias de las muchas labores que les tocará en su misión”.⁴³

Com a crença de que a história da humanidade se desenvolve em etapas previsíveis e universalmente válidas, os intelectuais da modernização, representando as idéias do segmento do qual faziam parte, buscaram dissipar o passado “metafísico” latino-americano e prever cientificamente os caminhos de da sociedade para que fosse possível administrá-la e eliminar os obstáculos que se colocavam frente a modernização. Estes obstáculos encontrados se configuravam como tudo o que não se identificava com a civilização europeia e o desenvolvimento estadunidense, pois estes serviram como parâmetros para definir aquilo que era problemático ou não, fornecendo os modelos de civilidade, de ordenamento e de progresso.

Através desta modernização projetada para o desenvolvimento da América Latina, a política liberal apresentava-se como a força transformadora que anularia as diferenças através das medidas impostas pelo Estado, que se tornaria artífice do progresso para as novas nações. A cultura de um grupo, dentro desta

⁴³ ALTO, Rômulo Monte. *El Facundo em la circunscripción teórica moderna de América Latina*. In: *Anuário brasileiro de estudios hispánicos*, nº 11, 2001, pp. 271-272.

modernização, foi então sobreposta à cultura de toda a população para que fosse possível, então, criar uma identidade nacional capaz de neutralizar as diferenças, homogeneizando toda a população sob os interesses das elites dominantes. No entanto, a América Latina continuou servindo aos interesses econômicos externos e a uma pequena parcela interna que era privilegiada com relações econômicas estabelecidas. Assim, a modernização vislumbrada pelas elites mantinha a estrutura agrária e mineradora que favorecia o capitalismo dominante dos EUA e da Europa. Em detrimento do padrão de vida das populações latino-americanas, uma minoria passou a obter enormes lucros com a economia de exportação de produtos primários, enquanto a maioria da população empobrecia ainda mais:

“Na verdade, no século XIX convertemo-nos em órfãos do nosso próprio capitalismo periférico, permutando febrilmente as nossas exportações por importações européias e norte-americanas a fim de manter os padrões de consumo das classes altas e média, mas sempre postergando uma consideração racional e radical que tivesse em vista melhorar a sorte e o padrão de vida da maioria. Os capitalistas dominantes na Europa e nos Estados Unidos retiveram os lucros e incrementaram seus percentuais de poupança, elevando rapidamente, com isso, sua produtividade. A Europa e os Estados Unidos produziram seu próprio Banquete. Nós lhes servimos as sobremesas: chocolate, café, açúcar, fruta e tabaco. A frase de Alfonso Reyes, a esse respeito, foi exata: a América Latina chegava tarde ao banquete da civilização”.⁴⁴

Assim, buscando retirar a América Latina de sua condição de “periferia”, continuamos a servir a Europa e os EUA, desejando um dia nos tornarmos como eles: *civilizados*. Para isso várias soluções foram apontadas, mesmo que para resolver os tais “defeitos de fabricação” fosse necessário submeter toda a população – na realidade isto não se apresentava como nenhum drama para as elites - assim, a imposição de valores, costumes e práticas modernas seria na verdade uma enorme contribuição da elite, que apenas queria transformar a América Latina em um continente civilizado. As principais soluções apontadas para a efetiva modernização latino-americana seriam a educação, a imigração e uma verdadeira reconstrução política, cultural e econômica, inserindo a América Latina na Divisão

⁴⁴ Fuentes, *op. cit.*, pp.282.

Internacional do Trabalho, o que possibilitaria a “elevação” de nosso continente a uma etapa superior da evolução histórica presente nos EUA e na Europa. Assim, as elites e intelectuais acreditavam que por esses meios seria possível para a América Latina ingressar na civilização da qual ela havia ficado marginalizada por causa da colonização ibérica. Nesse sentido os modelos externos foram sedutores; signos da civilização, pareciam ser a solução de todos os problemas que varriam a América Latina de um extremo a outro. No entanto, o resultado final foi uma modernização conservadora, realizada com as armas do Estado e do mercado, liquidando as inúmeras resistências de comunidades e setores sociais que foram obrigados a se adaptarem às novas condições que eram impostas.

Apresentada até este momento a dicotomia que marcou o pensamento das elites latino-americanas do século XIX vamos, então, aos problemas que impediam a modernização da América, as soluções apontadas pelas elites intelectuais e o que significou esta modernização imposta para a população latino-americana.

Capítulo II

O sentido da modernização latino-americana do século XIX.

Falar da modernização latino-americana do século XIX significa falar de projetos que eram apresentados como soluções para os problemas diagnosticados por alguns segmentos da elite letrada. A visão da existência de uma “desordem social” que imperava absoluta fundamentava-se nas análises realizadas e que diagnosticavam a presença da barbárie, barbárie esta localizada em todos os costumes, modos de viver, de se relacionar e nos “tipos humanos” que não se identificavam com o modelo de civilização que pretendiam. Como o espelho era sempre o que nos era alheio, os estratos dominantes realizaram uma leitura negativa da sociedade latino-americana na qual viviam, condenando aquilo que se lhes apresentava como o real e que lhes tocava viver. O ordenamento jurídico-político, as relações econômicas, a organização do trabalho, as práticas culturais, tudo foi objeto do esquadrihamento de um olhar clínico que, enquanto diagnosticava os males, reclamava instrumentos capazes de alterar comportamentos e mentalidades seculares. As interpretações dos diagnósticos, muito semelhantes entre si, apontaram os principais problemas que estariam impedindo o trânsito das sociedades latino-americanas para a modernidade.

A convicção de que algumas nações européias, como Inglaterra e França, e os Estados Unidos, já estavam num estágio superior de “civilização”, levou muitos pensadores latino-americanos a identificarem na “herança colonial” espanhola uma das principais causas dos males que afligiam a América Latina. Ecos das lutas de independência, quando a metrópole precisava ser rechaçada em nome da liberdade, agora era a própria ação da Espanha na América, ao longo de três séculos, que era condenada e, junto com ela, o esforço consciente para se desligar desta herança. Acusada de ser a trincheira européia do dogmatismo e do obscurantismo, fechada aos progressos das luzes, presa ao claustro e ao cório, a Espanha teria permanecido insensível aos avanços da “civilização”, cultuando uma mentalidade feudal condenada inexoravelmente a desaparecer. Era neste

legado espanhol que se localizava o “mal de origem”⁴⁵ que, para muitos pensadores da época, impedia a América Latina de desenvolver-se, de civilizar-se. Portanto, deveria ser eliminado. Segundo Fuentes:

*“(...) dividimo-nos dramaticamente quanto à tradição espanhola. Muitos hispano-americanos acusaram a Espanha de todos os nossos males. A mãe pátria privara as colônias de tudo o que a Europa moderna chegara a representar, desde a liberdade religiosa até a riqueza econômica e a democracia política. Por acaso a Espanha não era responsável por todo o nosso lastro dogmático e conformista, em que os privilégios eram a regra e a caridade a exceção? Da Espanha nos chegaram todas as desgraças e, além disso, a herança de uma Igreja militante: em outras palavras devíamos à Espanha tudo aquilo que a modernidade européia julgava intolerável. E, na vida política, sentimo-nos abandonados à falta da democracia, à nulidade do cidadão e dos seus direitos, à distância entre a lei e a prática, entre o governo e os governados”.*⁴⁶

Esta crítica à herança colonial, sendo a destruição de todos os traços deixados pela Espanha a alternativa encontrada para a superação do atraso latino-americano, foi assumida por Sarmiento em *Viajes*, livro no qual relata as experiências de viagens que realizou e analisa as sociedades por onde esteve. Neste livro, ao falar da Espanha, Sarmiento refere-se a ela como uma nação em que a civilização retrocedeu, vendo nela - assim como os demais pensadores e a elite - as causas dos males americanos, acreditando que o drama espanhol foi repetido na América Latina. Ao falar da Espanha, Sarmiento descreve-a com uma análise do que para ele representava as fases de evolução histórica das sociedades, o que indicava que a Espanha não havia evoluído, já que estas fases ainda marcavam a sociedade espanhola: os tempos primitivos – os povos bárbaros – os tempos romanos, os tempos árabes, os tempos inquisitoriais e os

⁴⁵ BONFIM, Manoel. **A América Latina. Males de Origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. Nesta obra Bonfim trabalha a idéia de *parasitismo europeu* como a causa real dos males latino-americanos, criticando a idéia corrente na época (início do século XX) de que o povo era inferior, assim, Bonfim mostra que verdadeiramente o povo era inferiorizado. Neste livro, ao contrário dos pensadores de sua época que estavam presos às idéias racistas do início do século XX, Bonfim trabalha com a idéia de que os males latino-americanos não vem do povo mas dos projetos medíocres das elites dominantes que apenas buscam proveitos para si mesmas.

⁴⁶ FUENTES, Carlos. **O espelho enterrado. Reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, pp.277.

tempos modernos. Ao descrever estas fases, este pensador parece tentar mostrar de forma evolutiva as marcas deixadas por cada período na Espanha e a necessidade de que a evolução continue, pois ela parou no tempo:

“Si yo hubiera viajado en España en el siglo XVI, mis ojos no habrían visto otra cosa que lo que ahora ven; lo conozco en el color de la piedra de los edificios, en la clase de ocupaciones del pueblo, en el vestido eterno i peleado con el agua que lleva, en la falta de todo o accidente que indique el menor cambio debido a los progresos de las artes o las ciencias modernas. Opino porque se colonize la Espana (...)”⁴⁷

Assim, a Europa, enquanto modelo cultural, científico e estético não inclui, para Sarmiento, a Espanha. Sua viagem a este país serve para comprovar onde está a origem dos males latino-americanos. Nesse sentido, a solução encontrada para o rompimento com os males de origem coloca como horizonte a economia inglesa, a vanguarda política e também econômica dos EUA e a cultura francesa. Segundo Fuentes, a imitação, principalmente da maneira de viver, do estilo e das idéias francesas suplantou o legado cultural espanhol. Enquanto a Espanha simbolizava o atraso, a França era o símbolo da civilização, dela emanavam todos os signos de civilização que deveriam ser implantados em nossas terras:

“Repudiar a Espanha significou aceitar a França como novo templo da liberdade, do bom gosto, do romantismo e de todas as coisas boas deste mundo... No século XVI, a América espanhola fora a Utopia da Europa. No século XIX, devolvemos a amabilidade e convertemos a Europa em Utopia da América espanhola. A cidade da Guatemala chegou a chamar a si própria de ‘a Paris da América Central’. Nosso anseio secreto, certamente, é que algum dia Paris viesse a chamar-se de ‘a Guatemala da Europa’”⁴⁸.

É através da utilização de modelos estranhos à nossa realidade, de uma verdadeira cópia de idéias políticas, econômicas e culturais que rompiam com a herança espanhola, que as elites latino-americanas do século XIX vislumbraram como possível a modernização de seus países. Copiar a civilização européia

⁴⁷ SARMIENTO, Domingo F. **Viajes**. Edición Crítica, 2ª ed. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA XX/ EDUSP, 1996, pp. 166.

⁴⁸ *Ibid.*, pp. 278.

significava ainda e principalmente saltar etapas do processo de evolução histórica das sociedades e inserir a América Latina no mundo desenvolvido. Esta concepção positivista, típica da época, pensava que a sociedade passava por três estados de evolução histórica diferentes: o teológico ou fictício, no qual os agentes sobrenaturais explicam todo o universo; o metafísico, onde as respostas às questões que se apresentam são dadas através de explicações filosóficas baseadas na natureza das causas e, finalmente, o estado positivo, no qual as explicações para os fatos são dadas pela ciência, com observações sistemáticas, valendo-se da invariabilidade das leis naturais as quais permitem, através da observação constante, a previsão racional. Estes três estados, portanto, excluem-se mutuamente: o primeiro é o ponto de partida da humanidade, o segundo é destinado a servir de transição ao terceiro, que deve ser o estado definitivo para a humanidade⁴⁹.

O processo civilizatório buscava implantar uma nova verdade, uma verdade que partia da dicotomia entre *civilização* e *barbárie* e que alterava os modos de viver de toda a população, na medida em que eram impostos novos valores que rompiam com suas crenças, tradições, seus modos próprios de organizar o tempo e a vida em comunidade, passando a conformá-la à vida regrada para o trabalho disciplinado. A modernização latino-americana não deu a nossos povos espaço para a escolha. Independente do que significava para as pessoas, a modernização foi imposta pelo Estado e pelos poderosos interesses econômicos, em muitos casos com o uso da força. De outro lado, promessas de possíveis melhorias para a população justificava os projetos de modernização capitalista e as inerentes transformações acarretadas nas prioridades seculares das sociedades latino-americanas:

“Así, vidas que se habían regido milenariamente por el rito, la costumbre, la creencia o el ciclo natural, pasaron a estructurarse cada vez mas exclusivamente en torno al trabajo intensivo, a la nacionalidad instrumental, a la especialización de las funciones, a la disciplina personal, al

⁴⁹ COMTE, Auguste. *Introdução*. In: **Coleção Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

*horario estructurado y al éxito medido en términos de recompensa material.*⁵⁰

Desta forma, a população sofreu a experiência trágica da alteração de suas tradições, da vida dentro e fora dos limites da organização familiar. Se o desenvolvimento econômico era visto como o caminho natural a ser trilhado, numa concepção linear de progresso das “sociedades humanas”, as condições para que pudesse ocorrer seriam dependentes da resolução dos “males” que afligiam os países americanos. Dentro desta concepção, a economia se configurou, então, como o principal elemento a ser modernizado e que proporcionaria o progresso para a América Latina. Educação e imigração, dentro desta lógica, serviriam como a base que contribuiria com o desenvolvimento econômico, o que tornaria possível a efetiva regeneração e inclusão do continente latino-americano no sistema capitalista.⁵¹ Falando daquela Argentina que ainda oscilava entre as tendências federalistas e unitárias, um pensador como Alberdi podia afirmar claramente que a adoção e desenvolvimento daqueles verdadeiros ícones do “progresso” que se verificava na Europa e nos Estados Unidos de então, como as ferrovias, a navegação, a indústria e o comércio, além da imigração, detinham a potência de produzirem aquilo que os debates políticos, as leis e os decretos tinham sido incapazes de concretizar, ou seja, a unificação do país em uma república unitária e centralizada.

*“Tornar unitaria y centralizada la República Argentina no depende aquí tampoco de leyes ni de decreto; sí de los caminos de fiero y las vías navegables; del crecimiento de la población y de la industria, de la carrera del comercio y, en fin, del desarrollo espontáneo de los intereses materiales con que ahora tiende a identificarse la fuerza de las cosas”.*⁵²

⁵⁰ Villejos, Julio Pinto. *De proyectos y desarraigos: la sociedad latino-americana frente a la experiencia de la modernidad (1780-1914)*. In: **19th. Internacional Congress of Historical Sciences**. University of Oslo, 6-13 de agosto de 2000. Disponível em www.oslo2000.vio.no/program/papers/s17/s17-vajejos.pdf, pp.4. Acesso em abril de 2002.

⁵¹ Cf. ANDERLE, Aderle. *El positivismo y la modernización de la identidad nacional en América Latina*. In: **Anuario de Estudios Americanos**, nº XLV, Sevilla, 1988.

⁵² TERÁN, Oscar. *Alberdi Póstumo*. In: **Colección la Ideología Argentina**. Buenos Aires: Printosur, 1988, pp.38.

A modernização assim entendida significava a introdução e criação de novas relações sociais e, desta forma, a criação e imposição de valores diferentes que contribuiriam com a civilização e com o progresso da América Latina.

As soluções para os males detectados e que permitiriam à América Latina saltar etapas das fases da evolução histórica da humanidade, foram diversas e alcançaram resultados distantes daqueles esperados por seus idealizadores, uma vez que estavam distantes da realidade vivida pela população. Como afirma Koradloff: “As nações nascentes estão divididas entre o país real e o oficial, entre os modos de viver da população e os ideais das classes dominantes”.⁵³ Assim, as tensões entre o pretensamente moderno e inovador e as tradições dos povos latino-americanos marcou todo o período e proporcionou a produção, *a posteriori*, de diferentes leituras sobre aquele momento. A maior parte da produção intelectual sobre este período silencia acerca das resistências à modernização, prevalecendo uma literatura que focaliza mais um tipo de memória que se volta para os chamados “pioneiros”, os homens de “visão”, os empreendedores e, evidentemente, os governantes “responsáveis” pela implantação dos projetos. Memórias de todos os barões de mauás da América Latina que contribuíram para criar uma representação destes processos que pode ser inserida no arsenal de símbolos e mitos construtores de nações.

Ainda no calor das lutas de independência, as lideranças políticas e militares de cada região julgaram necessário produzir um conjunto de normas que pudessem pacificar e reger a vida social, iniciando então um verdadeiro processo de “fabricação” de constituições. Porém, estas constituições não levavam em conta as necessidades reais daquele momento de reestruturação. Eram a reprodução de constituições européias - principalmente a constituição francesa - e estadunidense, eram constituições “aéreas”, como se o simples fato da promulgação de um ordenamento jurídico fosse capaz de mudar a realidade. Para

⁵³ KORADLOFF, Santiago. *España en Sarmiento. La herencia colonial y su influjo en la organización de la Argentina independiente*. In: FERNANDES, Javier (coord.). **Viajes. Edición Crítica**. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA XX/Edusp, 1996, pp.787.

além das constituições, também os projetos de modernização idealizados eram cópias de idéias, projetos, leis e tudo mais que se apresentasse como signo de civilização e progresso. Esta cópia irrestrita de modelos externos é profundamente criticada por Alberdi⁵⁴. Para este pensador as constituições que estavam sendo copiadas não se ligavam à realidade latino-americana, uma vez que, os interesses da América Latina eram diferentes dos interesses da Europa e dos EUA: “(...) a repetição do sistema que convinha em tempos e países sem analogia com os nossos só serviria para levar-nos ao embrutecimento e à pobreza.”⁵⁵ Assim, preocupado com a criação de um governo central para a Argentina e com uma constituição que forneceria as bases para o estabelecimento do ordenamento jurídico-político do país, Alberdi realiza um verdadeiro estudo de todas as constituições que surgiram na América Latina, mostrando suas falhas e apontando os motivos pelos quais elas não poderiam servir de modelo à Argentina.

Segundo Alberdi, o direito constitucional da América Latina estava em oposição às necessidades do progresso material porque expressava as necessidades de um outro momento histórico e, muitas vezes, até mesmo expressava as necessidades presentes em outros países e que, portanto, não contribuiria efetivamente para a transformação econômica e social de nosso continente. Para Alberdi, as leis que foram copiadas de outros países não condiziam com a fase da evolução histórica pela qual passava a América Latina, por isso não serviam e acabavam se tornando prejudiciais. Já em sua obra *Ideas para un curso de Filosofia Contemporánea (1842)* Alberdi trabalhava a idéia da necessidade de uma filosofia americana que parta das realidades e problemas da América Latina, para que possa propiciar soluções adequadas aos nossos

⁵⁴ Para fazer esta crítica Alberdi realizou um estudo das constituições presentes na América Latina a partir das independências, no qual o autor aponta todos os problemas que estas constituições possuem por serem cópias de constituições de países que já haviam passado pelos problemas que a América Latina enfrentava e que por isso não atendiam às necessidades daquele momento. Esta análise alberdiana encontra-se em sua obra *Bases y puntos de partida para la organización de la república argentina, derivada de la ley que preside el desarrollo de la civilización en la América del Sur*, publicada em 1852 na Argentina e que no Brasil ao ser traduzido recebeu o título de *Fundamentos da organização política da Argentina*.

⁵⁵ ALBERDI, Jaun B. **Fundamentos da organização política da Argentina**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, pp. 28.

problema (esta questão será aprofundada dez anos depois, em *Bases y Puntos*). Nesta obra podemos perceber seu afastamento de pensadores deste período que buscavam apenas transpor à América Latina o que entendiam ser o ideal de civilização, sem ao menos adequá-la à realidade do continente. Alberdi critica esta postura assumida pelos pensadores e pela elite de buscar lá fora, sem nenhuma restrição, a solução para os problemas latino-americanos, dizendo que não existem filosofias universais capazes de solucionar tudo:

“No hay, pues una filosofía universal, porque no hay una solución universal de las cuestiones que la constituyen en el fondo. Cada país, cada época, cada filósofo ha tenido su filosofía peculiar, que ha cundido más o menos, que ha durado más o menos, porque cada país, cada época y cada escuela han dado soluciones distintas de los problemas del espíritu humano”.⁵⁶

E acrescenta:

“(...) es así como ha existido una filosofía oriental, una filosofía griega, una filosofía romana, una filosofía alemana, una filosofía inglesa, una filosofía francesa, y como es necesario que exista una filosofía americana”.⁵⁷

Sem o conhecimento dos problemas latino-americanos e a utilização de nossas próprias experiências como forma de compreender nossa realidade, os males detectados sempre ficarão latentes. A Revolução Francesa, por exemplo, pode servir como uma forma de se pensar e compreender a questão da revolução, no entanto, a experiência hispano-americana de revolução não foi a mesma experiência francesa, assim, é impossível procurar soluções em um modelo que não nos é próprio. O ponto de partida deve ser sempre a nação em sua especificidade.

Ao delinear sua idéia de uma filosofia latino-americana, Alberdi também inicia sua discussão sobre a questão de como construir a nação Argentina, ou seja, inicia a discussão sobre como modernizar seu país. Na obra *Ideas para un*

⁵⁶ ALBERDI, J. Bautista. *Ideas para un curso de Filosofía Contemporánea*. In: ZEA, Leopoldo. **Fuentes de la Cultura latinoamericana**. México, Fondo de Cultura Económica, 1993, p.145.

⁵⁷ ALTO: pp. 146.

curso de Filosofía Contemporánea, sua preocupação é com a transformação social que se faz necessária para a organização política e econômica. Assim, aponta a necessidade de uma nova forma de organização jurídico-política que deveria ser constituída através do conhecimento dos usos e costumes da população, ou seja, a partir da realidade latino-americana e de suas necessidades. Assim, através de uma filosofia própria, ou seja, a partir de teorias elaboradas tendo como horizonte as situações próprias da América Latina, Alberdi diz que será possível alcançarmos, por nossos próprios meios, o tão almejado progresso:

*“Nuestra filosofía será, pues, una serie de soluciones dadas a los problemas que interesan a los destinos nacionales: o bien, la razón general de nuestro progreso y mejoras, la razón de nuestra civilización, o bien la explicación de las leyes por las cuales debe ejecutarse el desenvolvimiento de nuestra nación; las leyes por las cuales debemos llegar a nuestro fin, es decir, a nuestra civilización, porque la civilización no es sino el desarrollo de nuestra naturaleza, es decir, el cumplimiento de nuestro fin (definición dada por Guizot). Civilizarnos, mejorarnos, perfeccionarnos, según nuestras necesidades y nuestros medios: he aquí nuestros destinos nacionales que se resumen en esta fórmula: Progreso...”*⁵⁸

A filosofia americana de que fala Alberdi é aquela que tem sempre o seu ponto de partida na própria nação. Isto significa que a filosofia universal possui elementos fundamentais para toda a humanidade, mas sua aplicação deve variar segundo os interesses e realidades de cada nação. Desta forma, Alberdi propõe que a filosofia não fique apenas em teorias que não se ligam às realidades e necessidades das nações, mas que, de acordo com a lógica positivista do momento, torne-se útil e prática na medida em que, através da investigação, seja capaz de apontar os problemas e as soluções para as questões que se colocam naquele momento, possibilitando assim que a América Latina possa ser “civilizada”.

⁵⁸ ALBERDI, *op. cit.*, p.150.

No entanto, mesmo compreendendo que a construção das nações latino-americanas deveria acontecer a partir de suas próprias experiências, não podemos perder a dimensão de que, como os demais pensadores de seu tempo, Alberdi está preocupado em diagnosticar os males da América Latina para que seja possível apontar as soluções. Desta forma, ao examinar as constituições mais conhecidas – as constituições chilena, colombiana, peruana, mexicana, uruguaia e paraguaia - Alberdi procura mostrar como são tratadas as questões que, para ele, se apresentam como essenciais – o povoamento, a admissão de estrangeiros, o comércio, a indústria, entre outras mais - para que a ordem possa ser estabelecida e a Argentina possa ingressar naquilo que ele acredita ser a civilização. Assim, ao não aceitar que os modelos externos sejam transpostos à América Latina, isto não significa que Alberdi rompa com os legados externos, ou que chegue a propor uma identidade ancorada em elementos culturais “genuinamente” americanos. Longe disto. Para Alberdi, somos europeus americanos e é a Europa o paradigma de civilização:

“Com a revolução americana acabou a ação Europa espanhola neste continente; mas tomou seu lugar a ação da Europa anglo-saxônia e francesa. Nós, americanos de hoje, somos europeus que mudamos de mestres: à iniciativa espanhola sucederam-se a inglesa e francesa. Todavia é sempre a Europa a operadora de nossa civilização”.⁵⁹

Desta forma, fica claro que para este pensador, assim como muitos outros de sua época, a América bárbara deveria aceitar a tutela mental, intelectual, política e econômica da Europa moderna e dos EUA. Só assim seria possível seu ingresso na civilização da qual estava marginalizada devido à colonização espanhola. A Europa e os EUA, mesmo criticando as cópias dos modelos externos, continuam sendo o exemplo, o modelo de civilização; como diz o próprio Alberdi: os mestres. No prefácio de *Fundamentos da organização política da Argentina*, ao introduzir a discussão sobre o que será tratado em sua obra, Alberdi afirma essa idéia de que a civilização a ser implantada na América bárbara tem o seu correspondente nos EUA e na Europa. Diz então que “as instituições políticas

⁵⁹ ALBERDI, J. Bautista. **Fundamentos da organização política da Argentina**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, pp.71.

não serão adequadas a seu destino progressista, senão quando sejam a expressão organizada dessa lei de civilização, que se realiza pela ação tranqüila da Europa e do mundo externo”⁶⁰. Acredita que a América faz parte da Europa e de que somos europeus no sentido de que fomos uma “descoberta” e que somos uma criação da Europa. Tudo o que pode ser compreendido como civilização na América veio da Europa - o que deve ser civilizado é a parte bárbara ainda presente na América, o que é uma forma de dizer que os legados culturais tipicamente americanos, que podem ser identificados com as culturas indígenas e suas “heranças”, precisam ser submetidos a uma nova “colonização” civilizadora. O indígena não está presente na vida política e civil latino-americana; a língua que falamos veio da Europa; a religião não é a indígena, mas a cristã, introduzida pelos europeus; as leis vieram dos códigos antigos de reis estrangeiros; a ciência presente nas universidades latino-americanas é européia; nossas próprias roupas não são americanas. Assim, para Alberdi “nós, que nos designamos americanos, não somos outra coisa do que europeus nascidos na América. Crâneo, sangue, cor, tudo é de fora”⁶¹. Por isso, para Alberdi, trata-se de reafirmar os laços de filiação desta América européia com os progressos da “civilização”, sem perder de vista as especificidades que trezentos e cinquenta anos de história produziram na região.

Naquele momento e de acordo com os objetivos civilizadores que deveriam ser alcançados, a educação e a história apresentavam-se como os principais meios para a moralização e aglutinação do povo sob a bandeira de uma nação. A criação e propagação de uma ideologia nacionalista apontariam a cada segmento o seu lugar na nova sociedade, ordenando o caos social. A educação e a imposição da língua pátria eram necessárias para impedir que as gerações futuras de colonos europeus acabassem criando, aqui, verdadeiros territórios identificados com seus países de origem e desligados do Estado e da nação. A elaboração e divulgação, inclusive no ensino escolar, de uma história oficial que enfatizasse acontecimentos e tradições de um passado homogêneo, marcado por

⁶⁰ ALBERDI, *op. cit.*, pp.21.

⁶¹ ALBERDI, *op. cit.*, pp.69.

feitos gloriosos e lutas pela defesa do território, era um poderoso instrumento de constituição de uma identidade nacional. Educação, língua e história nacional forneceriam os subsídios para a implantação de costumes tidos como civilizados. Sua missão, portanto, era modelar o tipo de cidadão idealizado – trabalhador e patriótico.

A educação é entendida, então, como sinônimo de civilidade, fazendo parte de um discurso altamente ideologizado e hierarquizante. Uma educação que anula as diferenças, ou seja, os modos de viver da população, com o objetivo de disciplinar para o trabalho utilitário. Utilizada para disciplinar e enquadrar as populações nos novos valores republicanos, tinha como meta dissolver as diferenças ressaltando as virtudes cívicas, como o culto ao patriotismo, aos heróis nacionais, às datas cívicas, procurando criar um sentimento de identidade nacional. Educação para as novas necessidades da modernização econômica mas, sobretudo, educação criadora de um novo espírito de “ordem” social que dirigia seu olhar para o “progresso” necessário para concretizar o futuro que estaria reservado a cada país. Sobre a questão educacional, Cancline afirma que:

“A escola é um palco para a teatralização do patrimônio. Transmite em cursos sistemáticos o saber sobre os bens que constituem o acervo natural e histórico. Ao ensinar geografia fala-se o que é e onde termina o território da nação; no estudo da história, são relatados os acontecimentos em que se conseguiram fixar estes limites em luta contra adversários externos e internos”.⁶²

Desta forma, possivelmente esta imposição de uma educação universal não possuía um significado muito grande para as pessoas que tinham um modo diferente de organizar a vida e o tempo, ao contrário do que queria a elite. Assim, a resistência à educação formal, bem como ao trabalho disciplinado, à lógica do capital, nos revela os interesses antagônicos que estavam presentes nas sociedades latino-americanas do século XIX e que, para as elites, apareciam como obstáculos à organização da sociedade desejada.

⁶² CANCLINE, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da Modernidade.** São Paulo: EDUSP, 1997, p.164-165.

A difusão da educação como um dos meios para civilizar a população teve como um de seus idealizadores Sarmiento, que acreditava que a educação atuaria retirando os estratos “inferiores” da população de seu estado de ignorância e brutalidade, ensinando-lhes regras morais, além de indicar aos pobres o modo de satisfazer suas ambições, ao mesmo tempo em que manteria a coesão social, não ameaçando a ordem estabelecida. De outro lado, Alberdi critica a educação enquanto uma formação apenas bacharelesca. A aquisição de novos saberes que levavam a população a compreender as artimanhas do poder instituído não contribuía para o desenvolvimento do país, apenas servia para que a população pobre pressionasse toda a sociedade para implantação efetiva da igualdade social:

*“A instrução primária ministrada ao povo antes de tudo foi perniciosa. De que serviu ao homem do povo saber ler? Serviu de motivo para ver-se ingerido como instrumento na gestão da vida política que não conhecia: para instruir-se no veneno da imprensa eleitoral, que contamina e destrói em vez de ilustrar; para ler insultos, injúrias, sofismas e proclamas de incêndio, a única coisa que lhe motiva e que estimula sua curiosidade inculta e grosseira”.*⁶³

Por isso, segundo Donghi, a educação oferecida pelas elites possibilitaria à população desempenhar um novo papel na sociedade, todavia “ese papel habrá sido preestablecido por quienes han tomado a su cargo dirigir el complejo esfuerzo de transformación a la vez económica, social y cultural, de la realidad nacional”⁶⁴, impedindo uma efetiva transformação social. Desta forma, o acesso à educação não ameaçaria os interesses das elites, ao contrário, possibilitaria a formação de cidadãos “esclarecidos”, retirando-os da *barbarie* e sobretudo formando-os para o trabalho:

“Están mezcladas a nuestro ser como nación, razas indígenas, primitivas, prehistóricas, destituidas de todo o rudimento de civilización y gobierno; y sólo la escuela puede llevar al alma el germen que en la edad adulta desenvolverá la vida social; ya introducir esta vacunación, para extirpar la

⁶³ ALBERDI, *op. cit.*, pp. 66.

⁶⁴ DONGHI, Túlio Halperin. *Una nación para el desierto argentino*. In: **Proyecto y construcción de una nación argentina (1846-1880)**. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, n°68, pp. XXXVIII.

*muerte que nos dará la barbarie insumida en nuestras venas, aunque no fuese siempre comprendido el objeto político de su empeño”.*⁶⁵

Porém, a universalização da educação não significou apenas a alfabetização da população, mas a dinamização da economia. Como já foi assinalada anteriormente, a formação do trabalhador era uma das metas da educação e é Alberdi um dos pensadores que, no século XIX, afastando-se da idéia de educação como o meio de retirar a população da ignorância, passa a compreendê-la como uma forma de desenvolver efetivamente a economia capitalista na América Latina, acreditando que seria a partir do desenvolvimento econômico que se daria o desenvolvimento social e político. Desta forma, afasta-se das idéias de Sarmiento, onde o progresso sócio-cultural é o requisito para o desenvolvimento econômico e, criticando-o, estabelece as diferenças entre a educação que se tinha até então e aquela que seria desejável. Segundo Alberdi, a educação deve ser fundamentalmente prática, para a satisfação das necessidades latino-americanas, sobrepondo-se à formação teórica. Mais uma vez, este pensador critica a simples cópia de modelos externos que não atendem à realidade latino-americana. Ao criticar o ensino que possui como base apenas a teoria e que se constitui na cópia do ensino europeu, afirma que:

*“No que diz respeito à instrução dada ao nosso povo, podemos dizer que jamais foi adecuada a suas necesidades. Copiadas de povos que a receberam, mas que não se encontram no nosso caso, foi sempre estéril e sem resultado proveitoso”.*⁶⁶

Para Alberdi as soluções para a América Latina se dão “(...) com estradas, com poços artesianos, com imigrações e não com periódicos agitadores ao servis nem com sermões e lendas”⁶⁷ e, estas soluções podem ser alcançadas através da educação prática que formará os trabalhadores. Tendo como objetivo modernizar o continente e, principalmente, seu país, acredita que “A instrução, para ser

⁶⁵ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conflictos y Armonías de las Razas en América*. In: ZEA, Leopoldo (Comp.). **Fuentes de la Cultura Latino-americana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p.410.

⁶⁶ ALBERDI, *op. cit.*, pp.66.

⁶⁷ ALBERDI, *op. cit.*, pp. 66.

fecunda, há de restringir-se às ciências e às artes aplicadas, a coisas práticas, a línguas vivas, a conhecimentos de utilidade material e imediata”⁶⁸. A educação não deveria servir, portanto, para formar advogados como o próprio Alberdi, não deveria servir como erudição, mas sim para uma formação prática, utilitária, que contribuísse para a construção daquilo que é visto como progresso. Para isso não se necessitava de eruditos, mas sim de trabalhadores que possuísem a técnica adequada, como por exemplo os engenheiros de que fala o próprio Alberdi. Desta forma, havia a necessidade da criação de escolas para o comércio e para a indústria, capaz de formar os trabalhadores e especialistas que o novo modelo de desenvolvimento econômico requeria.

Aos olhos das elites tudo estava fora de lugar. O vazio populacional das terras americanas, chamado de deserto porque consideravam apenas o pequeno número de habitantes brancos⁶⁹, excluindo as populações indígenas, apresentava-se como um dos entraves para a civilização. Como seria possível civilizar o país se a população está dispersa, longe de instituições e à margem das leis? Ao contar como população desejável e apta para a construção da nação moderna apenas os homens e mulheres que, de alguma forma, eram descendentes de europeus, os pensadores e as elites latino-americanas excluía todos os que não pertenciam a este tipo humano. Assim, milhares de índios que habitavam o território argentino não eram vistos como parte da população, pois somente os que fossem

⁶⁸ ALBERDI, *op. cit.*, pp. 67.

⁶⁹ Durante o período colonial, a política de defesa da pureza do “sangue” espanhol é um dos elementos que contribui para justificar a hierarquização da sociedade e a adoção das chamadas *castas*. A ênfase na pureza sanguínea entre os espanhóis tem sua origem nas lutas travadas contra os árabes na Península Ibérica e no preconceito milenar contra os judeus, o que significa que indivíduos que possuísem algum destes ascendentes era considerado de sangue misto, portanto, impuro. Ora, esta questão não desaparece com a colônia, mas permanece na República, utilizada pelas classes dominantes como um poderoso instrumento de segregação social que, se não estava explícito na lei, como na colônia, permanecia nas relações sociais cotidianas. No caso da Argentina, esta questão reaparece com toda a força em meados do século XX, quando as “massas” seguidoras de Perón eram depreciativamente chamadas de “*cabecitas negras*”, numa clara alusão à sua origem mestiça. Desnecessário dizer que, tanto no século XIX quanto no século XX, ou na colônia, a referência à uma pretensa pureza de sangue, ou o seu inverso, à mistura racial, sempre serviu para camuflar o domínio de um grupo economicamente poderoso sobre a imensa maioria da população. Estes preconceitos – sociais, raciais, religiosos... – são periodicamente resignificados na América Latina, permanecendo como instrumentos que, hoje condenados pela lei, vivem arraigados nas mentalidades, cumprindo o seu papel de sempre: justificar e perpetuar as desigualdades sociais.

capazes de engendrar o progresso eram tidos como integrantes da população argentina. Perdidos e dispersos por um imenso território, isolados das cidades e das vilas, sem estabelecer relações com outros e, portanto, escapando do próprio aparato estatal, era como se a sociedade houvesse desaparecido:

“(...) resta só a família feudal, isolada, reconcentrada; e não havendo sociedade reunida, toda espécie de governo torna impossível: a municipalidade não existe, a polícia não pode ser exercida e a justiça civil não tem meios de alcançar os delinqüentes”.⁷⁰

Não se poderia contar com índios e negros, vistos como bárbaros, para construir a nação civilizada. Em relação aos índios, a condenação é radical. Se para Sarmiento, esta é uma raça pré-histórica que deve desaparecer fisicamente, como antecipa no *Facundo*, de 1845, esta é uma constatação daquilo que já ocorre de fato na Argentina. Desde a década de 1830, as sucessivas campanhas militares contra as populações indígenas foram recuando as fronteiras entre as duas sociedades, até culminar nas famosas *Campañas del Desierto*, da década de 1880, quando todo o território indígena foi tomado e distribuído entre os criadores de gado e imigrantes europeus. Vale lembrar que a população indígena sobrevivente, obrigada a residir em “reservas”, continuou servindo de mão-de-obra quase escrava para os grandes proprietários e que milhares de mulheres e crianças foram distribuídas “gratuitamente” entre as famílias mais abastadas, para servirem como trabalhadores domésticos. Se para os indígenas a solução foi tão radical, para os negros, mesmo sendo considerados como “raça servil”, ainda se apostava que os rigores da ordem e o treinamento pudessem fazê-los bons trabalhadores, enquanto também não desaparecessem com os cruzamentos inter-raciais.

Assim, contando com uma população branca muito reduzida, com índios condenados ao desaparecimento físico e com negros que estavam numa fase evolutiva inferior, a imigração tornava-se um dos meios para introduzir a civilização e o progresso na América Latina. Para Alberdi o povoamento com

⁷⁰ SARMIENTO, Domingo F. **Facundo. Civilização e Barbárie**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, pp. 75.

imigrantes é a base fundamental para a civilização latino-americana. Esta certeza é tanta que o leva a dizer que “povoar é civilizar”. Segundo este pensador, é do povoamento que surgirão as habilidades necessárias para o progresso, para a ordem, para o florescimento do comércio, entre outras coisas.

Preocupado com a civilização de sua pátria, Alberdi questiona, ao analisar a constituição da Argentina, a proibição estabelecida para os imigrantes de entrarem nas províncias do interior o que, para este pensador, se constituía em um entrave para o processo modernizador:

“Queremos que os hábitos de ordem, de disciplina e de indústria prevaleçam em nossa América? Enchamo-la de gente que possua honradamente esses hábitos. Tais hábitos são contagiantes: ao lado do industrial europeu imediatamente se forma o industrial americano. A planta da civilização não se propaga pela semente; tal como a videira, prende-se ao galho.

Este é o único meio pelo qual a América, hoje deserta, chegará a ser um mundo opulento em pouco tempo.”⁷¹

A imigração era vista, portanto, como a forma de introduzir rapidamente homens civilizados que proporcionariam o desenvolvimento da América Latina. Com seus hábitos já moldados pelo capitalismo, não apenas continuariam aquilo que já faziam na Europa, mas também seriam verdadeiros disseminadores e multiplicadores de uma “cultura” para o trabalho. Assim, a imigração tornava-se a solução para a questão do que as elites da época entendiam por vazio populacional, já que os próprios latino-americanos (principalmente índios e negros) eram considerados incapazes de se adaptarem rapidamente ao mundo capitalista do trabalho, tornando-se mais interessante trazer ou até mesmo substituir a mão-de-obra local pela estrangeira. Dentro desta concepção, Alberdi, ao analisar as constituições latino-americanas, se debruça especialmente sobre as políticas de povoamento presentes em cada uma delas criticando, sobretudo, aquelas que não garantiam os direitos necessários para os estrangeiros, o que desestimulava a imigração. Os imigrantes – que deveriam ser essencialmente

⁷¹ ALBERDI, *op. cit.*, pp. 75.

anglo-saxões - eram vistos como aqueles que transportariam para a América Latina a civilização através de seus hábitos industriais e disciplinados, uma vez que já haviam se adequado à lógica do sistema capitalista e contribuiriam para o melhoramento das raças. Assim como Alberdi, Sarmiento também preocupava-se com a imigração e com os meios que facilitariam a entrada de imigrantes:

“(...) o elemento principal de ordem e moralização com que conta a República Argentina hoje é a imigração européia que espontaneamente, apesar da falta de segurança que lhe é oferecida, se reúne diariamente no Prata, e se houvesse um governo capaz de dirigir seu movimento, bastaria por si só para sarar em dez anos no máximo todas as feridas que fizeram à pátria os bandidos, desde Facundo até Rosas, que a dominara ... Ora, 100.00 (imigrantes) por ano fariam em dez anos um milhão de europeus industriais espalhados por toda a República, ensinando-nos a trabalhar, explorando novas riquezas e enriquecendo o país com suas propriedades...”⁷²

A conclusão de que a imigração seria uma solução para os problemas detectados na América Latina se espelhava na observação de que os EUA foram formados pelo elemento europeu – mas note-se, não qualquer europeu, mas o anglo-saxão – e seu progresso já era notável.⁷³ Os novos hábitos que seriam introduzidos com os imigrantes seriam a melhor forma de ensinar, na prática, aos latino-americanos o que era a civilização, o que possibilitaria que a América Latina saltasse etapas da sua evolução histórica. Assim, a imigração aparecia como indispensável para o fornecimento de mão-de-obra e melhoria da raça, superando os estigmas de países com populações indígenas, negras e mestiças. Por isso, para Alberdi, trazer imigrantes significava não apenas povoar mas, principalmente, civilizar. Evidentemente, o modelo de homem laborioso e empreendedor era aquele estereotipado na figura do europeu anglo-saxônico ou germânico. O ideal seria a europeização da América – europeização sem, é claro, a participação dos países da Península Ibérica ou do leste europeu - de forma que a sua herança colonial ibérica pudesse ser revivificada e transformada:

⁷² SARMIENTO, *op. cit.*, pp.326 e 328.

⁷³ ALBERDI, *op. cit.*, pp.78.

“La América del Sur se queda atrás y perderá su misión providencial de sucursal de la civilización moderna. No detengamos a los Estados Unidos en su marcha; es lo que en definitiva proponen algunos. Alcancemos a los Estados Unidos. Seamos la América, como el mar es el Océano. Seamos Estados Unidos”.⁷⁴

No entanto, não podemos esquecer que a imigração estrangeira trouxe com ela não apenas novos hábitos, que deveriam ser seguidos para que pudéssemos alcançar uma nova etapa no processo de desenvolvimento da sociedade. Novas idéias também adentraram em nosso continente, idéias que não deveriam fazer parte neste processo de formação do “bom” trabalhador latino-americano. Estas idéias, gestadas nas lutas dos trabalhadores europeus, aportaram em terras americanas e foram um poderoso instrumento das lutas locais que cobravam os benefícios prometidos pelas elites e que sempre lhes era negado:

“Enarbolando ideologías como el anarquismo, el sindicalismo o el socialismo, militando en organizaciones sociales, culturales o políticas ceñidas a la más estricta racionalidad modernizadoras para difundir los beneficios del progreso más allá del reducido círculo conformado por ellas mismas, los nuevos actores mesocráticos o populares se apoderaron para sí de la utopía y reclamaron su propio derecho a ponerla en ejecución”.⁷⁵

Frente a estas ideologias, que contribuíam para a incitação da população às rebeliões, se interpôs a repressão estatal. A mudança de vida foi imposta de cima para baixo, não incorporando os diferentes grupos sociais, mas apenas impondo a nova ordem advinda com a modernização. A partir do final do século XIX, a classe operária que se formava, juntamente com o contingente de imigrantes, começou a desempenhar um importante papel político em países como Argentina, Brasil e México. As ideologias que penetraram com os imigrantes contribuíram para o questionamento dos problemas trabalhistas; na Argentina, o Partido Socialista, fundado por Juan B. Justo em 1896 tornou-se a maior organização operária nesta

⁷⁴ SARMIENTO, D. F. *Conflictos y Armonías de las Razas en América*. (Fragmentos). In: ZEA, Leopoldo (org). **Pensamento Positivista Latinoamericano**. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, vol. LXXI, 1980, pp.139.

⁷⁵ Villejos, *op. cit.*, pp.21.

época. Os primeiros anos do século XX foram marcados por freqüentes greves gerais, principalmente em 1902 e 1907 na Argentina e em 1917 no Brasil. Contra as manifestações, os governos respondiam com a repressão policial e com a utilização do próprio exército.

Porém, não foram apenas as novas idéias introduzidas com os imigrantes que despertaram o povo para a resistência à nova ordem. Podemos encontrar ao longo do século XIX e durante a primeira parte do século XX, diferentes levantes populares na América Latina. Como exemplo, temos no Brasil o movimento messiânico liderado por Antônio Conselheiro e que culminou na Guerra de Canudos (1896-1897)⁷⁶; a Revolta do Contestado (1912) contra a implantação de uma ferrovia estadunidense nas regiões do estado do Paraná e Santa Catarina e que expulsaria trabalhadores de suas terras; temos ainda no Brasil a Revolta da Vacina (1904), levante popular contra a política de higienização imposta pelo governo nos cortiços do Rio de Janeiro. Também não podemos deixar de sublinhar aqui a Revolução Mexicana de 1910, uma das mais importantes revoluções da América Latina, que significou a resposta às contradições engendradas pelo movimento modernizador no México, propiciando transformações sociais neste país. Na Bolívia, os trabalhadores das minas de estanho travaram uma longa e, quase sempre, sangrenta resistência contra as brutais formas de exploração do trabalho. No Chile, a história se repetia com os trabalhadores das minas de salitre e cobre, protegidas pelo Exército. Na Colômbia, na Guatemala, em Honduras e outras regiões, entrado o século XX, os trabalhadores e pequenos proprietários rurais sentiram todo o peso do domínio das empresas norte-americanas na exploração da terra – produção de bananas, por exemplo (talvez a leitura de Gabriel Garcia Márquez ajude-nos a compreender melhor estas questões).

Enquanto os trabalhadores empreendiam suas lutas, cobrando os benefícios prometidos pela modernização, outras formas de resistência eram

⁷⁶ Cf.: LLOSA, Mario Vargas. **A guerra do fim do mundo**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 7ª ed, 1982.

também massacradas pelas “forças da ordem”, fossem elas as forças policiais ou o Exército, ou a elaboração de um corpo de leis “modernizadoras” que tinha o objetivo de implantar, em toda sua extensão, as relações capitalistas em todos os ramos de atividade. As pequenas resistências cotidianas de camponeses, de artesãos, de pequenos comerciantes, sumidas nos registros oficiais da história, constituem um imenso capítulo das lutas populares contra projetos modernizadores que colocavam seu mundo de ponta-cabeça, que destruíam seus modos de vida, de sobrevivência, seus valores e suas crenças. Para estas populações, pouco importava as ideologias. As lutas eram em defesa de um mundo que estava em franca transformação, numa direção que eles não escolheram, nem sequer foram chamados a opinar.

Mas, para as elites e intelectuais que bebiam na fonte do positivismo – como grande exemplo temos a leitura de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos em *Os sertões* - essas formas de resistências foram vistas como a luta entre o moderno e o antiquado, entre a civilização e a barbárie, o que era uma forma de justificar toda a brutalidade do processo, condenando ao desaparecimento um modo de vida de milhões de pessoas na América Latina.

O que foi assinalado até aqui buscou sublinhar as questões mais importantes para a implantação da modernização latino-americana, segundo aqueles que formularam estes projetos. Nestes projetos, modernização passou a ser, na segunda metade do século XIX, uma das dimensões da construção do Estado-nação na América Latina. Os males latino-americanos detectados no século XIX como entrave para a constituição das nações na América Latina foi, de certa forma, resumido por Sarmiento:

“La ignorancia, el fanatismo del sacerdocio, la tenacidad con que la raza que habla el idioma español adhiere a todos los vicios y olvida las virtudes de sus antepasados, el mantenimiento demasiado general en la práctica de la viciosa legislación comercial y fiscal de la antigua España, la absoluta disminución, en unas partes, o el poco sensible aumento de la población en otras, la falta de espíritu de empresa, la prevalente indolencia, la agricultura rutinera, la falta de hábitos comerciales, son más que

suficientes causas para explicar la impotente y nula condición de las repúblicas hispanoamericanas".⁷⁷

Porém, estes males não foram efetivamente solucionados como queriam as elites do período, o que levou à coexistência de projetos extremamente conflitantes. As formas de viver da população, identificadas com a barbárie, resistiram e se adaptaram às leis impostas que visavam a modernização. Assim, estas práticas modernas na América Latina foram implementadas, mas tiveram que conviver com as tradições e as culturas de nosso povo, em um processo conflitivo de longa duração. Este projeto de modernização que ficou, então, por ser concluído, baseado em idéias e costumes externos, marcou profundamente nossa formação e está presente em nosso cotidiano, em nossa cultura, em nosso modo de viver e até mesmo de pensar. Elementos culturais das sociedades ditas civilizadas ou, para usar uma expressão atual, sociedades desenvolvidas, passaram a ser apresentados como paradigmas desejáveis para todos. Nos adaptamos a estas influências, vivenciamos estes valores e, desde o século XIX, muitos, na academia, nos meios de comunicação e nas escolas passaram a considerar aqueles elementos mais diretamente identificados com estas formas de viver, pensar e produzir o mundo como manifestações de uma "cultura popular", como folclore, sobrevivências de uma época já ultrapassada.

Roberto Schwarz em um ensaio intitulado *Nacional por abstração*, realiza uma reflexão sobre esta questão da cópia de uma forma que possibilita uma melhor compreensão. Neste ensaio Schwarz analisa a influência da presença da cópia de modelos externos em nossas sociedades, especificamente a sociedade brasileira, realizando um movimento que busca desde o século XIX a coexistência do que seriam práticas políticas, sociais, econômicas e culturais divergentes. Em sua análise, ele aponta desde a existência, no século XIX, da escravidão que convive com práticas liberais até o que poderia ser visto como o menos perturbador: a inadequação do Papai Noel, que se apresenta também nos trópicos com sua roupa de esquimó. Mas o principal problema é a presença de cópias de idéias que oferecem a base para a nossa reflexão crítica:

⁷⁷ SARMIENTO, *op. cit.*, pp. 112.

“O gosto pela produção recente dos países avançados muitas vezes tem como avesso o desinteresse pelo trabalho da geração anterior, e a conseqüente descontinuidade da reflexão... Não se trata, portanto, de continuidade pela continuidade, mas da constituição de um campo de problemas reais, particulares, com inserção e duração histórica próprias, que recolha as forças em presença e solicite o passo adiante”⁷⁸.

No entanto, frente às inadequações, muitos buscam o que seria a nossa cultura genuína, no entanto não existe uma cultura pura. Assim, se no século XIX a solução era a introdução de modelos externos, muitos no século XX propuseram o rompimento com o que seria o elemento estranho à nossa sociedade, buscando nossa autenticidade. É a partir da década de 1920, com a crítica ao estado liberal, que estes elementos tidos como signos de barbárie durante o século XIX serão retomados e (re)interpretados como essência da nacionalidade – atendendo também aos interesses das elites do início do século XX. Desta forma, Sarmiento e outros pensadores da modernização passaram a ser vistos pelos revisionistas como “(...)os ideólogos da imposição de idéias estranhas e importadas (...)”.⁷⁹ No entanto, mesmo mudando a interpretação sobre as necessidades latino-americanas, o mito do progresso permanece e a modernização idealizada ainda no século XIX continua por ser concluída no século XXI. Como diz Schwarz:

“(...) a vida cultural tem dinamismos próprios, de que a eventual originalidade, bem como a falta dela, são elementos entre outros. A questão da cópia não é falsa, desde que tratada pragmaticamente, de um ponto de vista estético e político, e liberta da mitológica exigência da criação a partir do nada”⁸⁰

⁷⁸ SCHWARZ, Roberto. *Nacional por abstração*. In: **Que horas são? Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 30-31.

⁷⁹ PRADO, M.^a Ligia Coelho. *Prefácio à edição brasileira*. In: **Facundo. Civilização e Barbárie**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, pp.30.

⁸⁰ SCHWARZ, *op. cit.*, pp. 48.

Considerações finais

O tema da modernização latino-americana, aqui analisado, é ainda hoje significativo, seja no discurso das elites dominantes, seja nos discursos dos meios de comunicação e, por que não?, também entre a população. Os projetos delineados, apresentados desde o século XIX como verdadeiras *soluções milagrosas* para vencermos o *atraso* e alcançarmos o *progresso*, parece que sempre ficaram, e ficam, inconclusos, sendo necessários outros projetos, outras reformas, outros sacrifícios. Outros sacrifícios sempre dos mesmos homens e mulheres que, e isto não é por acaso, constituem a maioria da população, constituem aqueles que sofreram, e sofrem, com as desigualdades sociais. É irônico, ou quem sabe apenas hipócrita, que os projetos modernizadores, ou as reformas indispensáveis, são apresentadas em grande estilo para resolver justamente a desigualdade que, como se fosse uma história cíclica, aumenta com a execução destas políticas. O futuro, bem, o futuro é aquele apresentado para quando *todas* as *mazelas* forem resolvidas, quando estes projetos/reformas finalmente forem vitoriosos.

A questão dos projetos de modernização, tema fundamental do século XIX, percorreu também o século XX e se faz presente ainda hoje. Queremos ser modernos, adiantados, evoluídos, civilizados como nossos *espelhos externos*, Estados Unidos e Europa, mesmo que para isto tenhamos que nos adaptar a formas de vidas que entram em conflito com aquilo que fomos ou somos. Durante o século XIX – e até por volta de 1930 - a modernização era a condição para se atingir o progresso, que significava a inserção definitiva da América Latina no capitalismo internacional. A partir da Segunda Guerra Mundial a questão do progresso, que estava em pauta no século XIX, ganhou outro nome e passou a ser pensada como a necessidade de desenvolvimento. Nessa direção foi criada a Comissão Econômica para a América Latina, órgão da ONU que passou, então, a fazer diagnósticos e propor remédios para os problemas que, no século XX, passaram a ser identificados com o modelo de progresso elaborado no século XIX. Assim, a teoria da dependência buscava suas raízes no período do início das

tentativas de modernização latino-americana. A CEPAL, a partir dos anos 50, passou a apontar como solução para a saída da América Latina da sua condição de subdesenvolvimento, a criação de um parque industrial sólido, investindo em indústrias pesadas, capazes de produzirem bens de capital impulsionadores de uma rede industrial que, esperava-se, pudesse substituir as importações e gerar excedentes para exportação. Este é o clássico projeto desenvolvimentista brasileiro, que também pode ser visualizado em outras regiões, como Argentina e México. Este modelo, delineado e executado pelo Estado, baseava-se nos investimentos estatais e de capitais nacionais, em associação com capitais estrangeiros.

Inspirados pelas idéias da CEPAL, também os teóricos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), realizaram uma leitura dos problemas brasileiros e passaram a identificar o problema do subdesenvolvimento de nosso país na coexistência de dois setores tidos como antagônicos em nossa sociedade: o setor arcaico, equivalente ao meio rural e o setor moderno, ligado ao meio urbano que dinamizava a sociedade. Nesse sentido, a solução seria o rompimento da condição de agro-exportador e o desenvolvimento do país através do capitalismo avançado. Ou seja, mais uma vez, as elites dominantes e os teóricos que as compõe vêem a solução para nossos problemas na superação do que para eles é identificado como a anti-nação, ou o tradicional, que imobiliza toda a sociedade. Desta forma, a industrialização passou a se tornar a meta a ser alcançada para o desenvolvimento do país.⁸¹

A modernização ou desenvolvimento é ainda colocada como necessária para superação de nosso *atraso* econômico, no entanto, será que o fato de sermos *atrasados* não está no fato de que nosso parâmetro continua sendo os EUA e a Europa? Só existe periferia porque existe um centro no qual nos espelhamos, com o qual buscamos nos tornarmos iguais e para isto nos adaptamos a uma cultura que não nos é própria e a uma política econômica que apenas nos espolia.

⁸¹ Cf: MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e economia no período de 1955-1964*. In: **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pp. 39-68.

Temos também a questão da nação que, se no século XIX estava sendo forjada, no momento em que vivemos sofre uma crise frente à globalização, que desarticula as economias nacionais através das multinacionais e das transações econômicas que ficam fora do controle do Estado. No lugar dos Estados-nações ocorre um fortalecimento de associações como a Comunidade Econômica Européia, a ALCA e, com menos expressão o Mercosul, além das entidades internacionais como o FMI. Temos a ilusão de que, com a globalização, o mundo está se unindo, uma vez que parece haver uma interdependência não só econômica, mas também cultural. No entanto, de forma paradoxal, apesar de parecer que estamos vivendo o fim dos nacionalismos, ocorre de outro lado um fortalecimento dos nacionalismos. A forte onda de migração, neste momento em que as fronteiras parecem terem se tornado móveis, nos leva a acreditar na falência dos nacionalismos. No entanto, como compreender o fato de que estes imigrantes criam, dentro dos países para os quais imigraram, verdadeiros guetos que buscam preservar sua cultura, sua identidade, sua nacionalidade?

Através destas novas questões apresentadas foi possível vislumbrar outros caminhos de pesquisa, os quais considero extremamente importantes e que mostram que a discussão sobre a modernização ou desenvolvimento – e também a questão das nações – é ainda atual e necessária, apesar de que neste trabalho não me foi possível avançar na discussão de nenhuma delas. Apesar das limitações, este é o resultado de um trabalho que considero importante na medida em que contribuiu profundamente para minha formação enquanto historiadora. A experiência com a pesquisa foi para mim extremamente gratificante e enriquecedora, contribuindo não apenas para a aquisição de conhecimentos sobre nossa América Latina mas, fundamentalmente, para o desenvolvimento de reflexões sobre a importância da pesquisa também para minha formação enquanto professora.

Bibliografía/Fontes:

ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización de la república argentina, derivada de la ley que preside el desarrollo de la civilización en la América del Sur*. In: DONGHI, Tulio Halperin (COMP). **Proyecto y construcción de una nación argentina, 1846-1880**. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, p.74-227.

ALBERDI, Juan Bautista. **Fundamentos da organização política da Argentina**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

ALBERDI, Juan Bautista. *Ideas para un curso de Filosofía Contemporánea*. In: ZEA, Leopoldo (COMP.). **Fuentes de la cultura latinoamericana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p.143-151.

SARMIENTO, Domingo F. **Facundo: Civilização e Barbárie**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SARMIENTO, Domingo F. **Viajes. Edición Crítica**. FERNANDES, Javier (Coordinador), 2ª ed., Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA/EDUSP, 1996.

_____ *Conflictos y armonías de las razas en América* (Fragmentos). In: **Pensamiento Positivista Latinoamericano**. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, volume LXXI, 1983.

Bibliografía Geral:

ANDERLE, Aderle. El positivismo y la modernización de la identidad nacional en América Latina. In: **Anuario de Estudios Americanos**, nº XLV, Sevilla, 1988.

BONFIM, Manoel. **A América Latina. Males de Origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CANCLINE, Néstor García. **Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CHIARAMONTE, José Carlos. BUNCHBINDER, Pablo. *Províncias, caudillos, nación y la historiografía constitucionista argentina, 1853-1930*. In: **Anuário del IEHS**, VII, Tandil, 1992.

DONGHI, Túlio Halperin (COMP.) *Una nación para el desierto argentino, (Prólogo)*. In: **Proyecto de una nación argentina (1846 –1880)**. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, número 68.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975

FENELON, Déa Ribeiro. *O historiador e a cultura popular: história de classe ou história de povo?* In: **História e Perspectiva**, n.º 6, Uberlândia: EDUFU, 1992, p.5-23.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. São Paulo: EDUSC, 1998.

FUENTES, Carlos. **O espelho enterrado. Reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La apoteosis del Leviathán: El estado en Buenos Aires durante la primera mitad del siglo XIX*. In: **Latin American Research Review**, volume 38, nº 1, pág. 135-168.

HERRERO, Beatriz Fernandez. *El "otro" descubrimiento. (La imagen Del español en el indio americano)*. In: **Cuadernos hispanoamericanos**. Sevilla, nº 520, octubre, 1993, pp7-35.

HOBSBAWN, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1780. Programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

KAPLAN, Marcos. **Formação do Estado Nacional na América Latina**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

KATRA, Willam H. *Sarmiento en los Estados Unidos*. In: SARMIENTO, D. Faustino. **Viajes. Edición Crítica**. 2ª ed., Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA/EDUSP, 1996.

KÖNIG, Hans-Joachim. *Nacionalismo y Nación en la História de Iberoamérica*. In: **Cuadernos de História Latinoamericana**, nº 8, disponível na Internet via <http://www.ahila.nl/publicacines/cuadernos8Apdef>. Acesso em 15 de fevereiro de 2004.

_____. *Símbolos Nacionales y Retórica Política en la Independencia – El caso de la Nueva Granada*. In: **Problemas de la formación del Estado y de la Nación en Hispanoamérica**. Federal Republic of Germany: Inter Naciones, 1984.

KOSSOK, Manfred. *Revolución, Estado y Nación*. In: **Problemas de la formación del Estado y de la Nación en Hispanoamérica**. Federal Republic of Germany: Inter Naciones, 1984.

LYNCH, John. **Caudillos en Hispanoamérica 1800-1850**. Madrid: Mateu Cromo Artes Gráficas S.A., 1993 (Capítulos I, V e X).

LLOSA, Mario Vargas. **A guerra do fim do mundo. A saga de Antônio Conselheiro**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 7ª ed, 1982.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos A. da. **Repensando a História**. São Paulo: ANPUH – Núcleo de São Paulo, 1982, pp. 37-64.

MIX, Miguel Rojas. *El imaginário nacional en las repúblicas hispanoamericanas del XIX*, In: **Cuadernos de Historia Latinoamericana**, nº2, 1994, pp.4.

O'GORMAN, Edmundo. **La invención de América. Investigación acerca de la estructura del Nuevo Mundo y del sentido de su devenir**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1984.

PAZ, Octavio. **O Labirinto da Solidão**. São Paulo: Paz e Terra, 1992, 3ª. ed.

POMER, Leon.(org.). **Sarmiento: política**. São Paulo: Ática, 1983.

QUIJADA, Mônica. *¿Qué nación? Dinámicas y Dicotomías de la Nación en el Imaginário Hispanoamericano del siglo XIX*. In: **Cuadernos de Historia Latinoamericana**, nº2, 1994

ROMERO, José Luis. *El pensamiento conservador latinoamericano en el siglo XIX*. In: ROMERO, José Luis e ROMERO, Luis Alberto (COMP.). **Pensamiento conservador (1815-1898)**. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1986, 2ª ed., p.IX-XXXVIII.

SCHWARZ, Roberto. *Nacional por abstração*. In: **Que horas são? Ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TERÁN, Oscar. *Alberdi Póstumo*. In: **Colección La ideología argentina**. Buenos Aires: Printosur, 1988, pp. 11-84.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Villejos, Julio Pinto. *De proyectos y desarraigos: la sociedad latino-americana frente a la experiencia de la modernidad (1780-1914)*. In: **19th. Internacional Congress of Historical Sciences**. University of Oslo, 6-13 de agosto de 2000. Disponível em www.oslo2000.vio.no/program/papers/s17/s17-valejos.pdf, pp.4. Acesso em abril de 2002.

WASSERMAN, Claudia. *Percurso Intelectual e Historiográfico da Questão Nacional e Identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico*. In: **Anos 90, Revista de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, n.º 18, Porto Alegre, dezembro de 2003, p. 99-123.

ZEA, Leopoldo. **Fuentes de la cultura latinoamericana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____. *El Positivismo (Prólogo)*. In: **Pensamiento Positivista Latinoamericano**. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, volume LXXI, 1983.